

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Curso de Ciências Sociais



Trabalho de Conclusão de Curso

Famílias Monoparentais Femininas no Município de Pelotas:
Tensões entre o trabalho remunerado e a maternidade

Amanda Albuquerque Peres

Pelotas, 2021.

Amanda Albuquerque Peres

Famílias Monoparentais Femininas no Município de Pelotas:

Tensões entre o trabalho remunerado e a maternidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação
na Publicação

P434f Peres, Amanda Albuquerque

Famílias monoparentais femininas no município de Pelotas: tensões entre o trabalho remunerado e a maternidade / Amanda Albuquerque Peres; Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas, orientador. — Pelotas, 2021.
75 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Monoparentalidade feminina. 2. Maternidade. 3. Trabalho remunerado. 4. Identidade feminina. I. Vargas, Francisco Eduardo Beckenkamp, orient. II. Título.

CDD : 306.8

Amanda Albuquerque Peres

Famílias Monoparentais Femininas no Município de Pelotas:
Tensões entre o trabalho remunerado e a maternidade

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 25 de setembro de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas (Orientador)
Doutor em Sociologia pela *Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines*.

Profa. Dra. Elaine da Silveira Leite
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos.

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dedico este trabalho às mulheres que me criaram e
à Vavá.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Francisco E. B. Vargas, por se dispor a me acompanhar ao longo da elaboração deste trabalho. Obrigada por todas as pontuações, pela compreensão durante os altos e baixos proporcionados pela vida, e intensificados na Pandemia, e pela paciência com o meu ritmo (inconstante) de trabalho.

Agradeço a todos os professores que tive o prazer de conhecer ao longo da graduação. Muitas vezes me encontrei com os olhos brilhando de empolgação ao assistir às aulas, pensando em como nossa área do saber é encantadora. Ainda, em especial, agradeço ao professor Daniel de Mendonça, pela oportunidade de ser sua orientanda de iniciação científica. Sem dúvida, minha participação em um grupo de pesquisa durante a graduação tornou minha experiência muito mais rica e me proporcionou momentos de muito aprendizado.

Agradeço aos amigos que me acompanharam ao longo desta trajetória, lendo meus trabalhos, ouvindo minhas reclamações e acreditando em mim. Alguns conheci, justamente, no curso de Ciências Sociais. Assim, agradeço à Agnes M. Bezerra e à Lohana Quadros, pessoas muito importantes que quero levar para a vida toda. Ainda, agradeço à Gabrielli Furtado, ao Gabriel Benatti e à Jullie Albuquerque, também muito importantes para a minha graduação e para a minha vida. E, por fim, à Milena Albuquerque que, apesar das implicâncias de irmã, sempre me ajuda nos momentos importantes.

Agradeço à Ingrid Dias, que me acompanhou como psicoterapeuta por um período deste trajeto e que ficou ao meu lado enquanto eu aprendia a encarar de uma outra forma os desafios acadêmicos e da vida. Este apoio foi fundamental para a conclusão desta etapa da minha vida.

E, por fim, agradeço a todas as voluntárias da pesquisa, que apesar da correria do dia a dia, conseguiram separar um tempo para compartilhar suas experiências comigo. Realizar estas entrevistas foi uma experiência que não apenas contribuiu para a elaboração do trabalho, como também para refletir sobre a minha própria vida.

Obrigada.

Nossas ações não são parte de um plano cósmico divino, e, se o planeta Terra explodisse amanhã, o universo provavelmente seguiria em frente como de costume. Até onde podemos afirmar no presente momento, a subjetividade humana não faria falta. Portanto, qualquer significado que as pessoas atribuem à própria vida é apenas uma ilusão. [...] Então talvez a felicidade seja sincronizar nossas ilusões pessoais de sentido com as ilusões coletivas predominantes. Contanto que minha narrativa pessoal esteja alinhada com as narrativas das pessoas à minha volta, posso me convencer de que minha vida tem sentido e encontrar felicidade nessa convicção (HARARI, Yuval Noah, 2017).

Resumo

PERES, Amanda Albuquerque. **Famílias monoparentais femininas no município de Pelotas: tensões entre o trabalho remunerado e a maternidade**. Orientador: Francisco E. B. Vargas. 2021. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Este trabalho visa compreender como ocorre a articulação entre a esfera do trabalho remunerado e a esfera da maternidade para as mulheres chefes de famílias monoparentais do município de Pelotas. Assim, tem como objetivo identificar o significado dado à maternidade pelas mulheres, identificar o significado dado ao trabalho, apreender como ocorre a articulação entre essas duas esferas e compreender as condições de trabalho e de inserção no mundo profissional destas mulheres e como elas se relacionam à maternidade. Partiu-se da hipótese de que as mulheres na chefia de famílias monoparentais estabelecem uma relação conflitiva entre a maternidade e o trabalho, além de enfrentarem condições precárias nos postos de trabalho remunerado, uma vez que constituem um grupo vulnerável, mais intensamente atingido pela reestruturação produtiva e a flexibilização das relações do trabalho. Para a elaboração deste trabalho, foi utilizada metodologia qualitativa. Portanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática, trabalhando os conceitos das teorias de gênero, da sociologia do trabalho e da família, junto a entrevistas semiestruturadas feitas com o auxílio de um roteiro. As entrevistas foram realizadas de forma remota com oito mulheres, com idades variando de 25 a 53 anos. Uma vez que o trabalho propõe a apreensão dos principais sentidos mobilizados pelas entrevistadas, o material produzido foi analisado através da análise do discurso. Por conseguinte, após a análise, verificou-se que a conciliação entre trabalho remunerado e maternidade gerou um acúmulo de tarefas às mulheres e foi fonte de cansaço, sentimento de culpa e de insuficiência. Logo, a ampliação da identidade feminina para além da esfera privada, não excluiu as antigas demandas ligadas ao papel feminino, resultando em uma sobrecarga feminina.

Palavras-chave: Monoparentalidade feminina. Maternidade. Trabalho remunerado. Identidade feminina.

Abstract

PERES, Amanda Albuquerque. **Female single-parent families in the city of Pelotas: tensions between paid work and motherhood**. Advisor: Francisco E.B. Vargas. 2021. 75 f. Course Completion Paper (Bachelor's degree in Social Sciences) - Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

This work aims to understand how the articulation between the sphere of paid work and the sphere of maternity occurs for women heads of single-parent families in the municipality of Pelotas. Therefore, it aims to identify the meaning given to maternity, to identify the meaning given to work, to understand how the articulation between these two spheres occurs, and to understand the working conditions and insertion in the professional world of these women and how they relate to maternity. It was assumed that women at the head of single-parent families establish a conflictive relationship between maternity and work, in addition to facing precarious conditions in paid jobs, since they are a vulnerable group, more intensely affected by the productive restructuring and the flexibilization of labor relations. For the elaboration of this work, a qualitative methodology was used. Therefore, a bibliographic review on the theme was carried out, working on the concepts of gender theories, sociology of work and family, together with semi-structured interviews carried out with the help of a script. The interviews were carried out remotely with eight women, with ages ranging from 25 to 53 years. Since the work proposes the apprehension of the main meanings mobilized by the interviewees, the material produced was analyzed through discourse analysis. Therefore, after the analysis, it was verified that the conciliation between paid work and maternity generated an accumulation of tasks for women and was a source of tiredness, feeling of guilt and insufficiency. Therefore, the expansion of the female identity beyond the private sphere has not excluded the old demands linked to the female role, resulting in a female overload.

Keywords: Female single parenting. Motherhood. Paid work. Female identity.

Sumário

Introdução	11
1 Família Monoparental Feminina: um fenômeno contemporâneo?	15
1.1 Identidade, gênero e as metamorfoses dos papéis sociais.....	15
1.2 Os arranjos familiares e suas transformações	25
2 Mulheres e o mundo do trabalho	38
2.1 Gênero na Sociologia do Trabalho.....	38
2.2 O conceito de trabalho e algumas de suas transformações	41
2.3 O trabalho feminino remunerado e não remunerado	47
3 Famílias monoparentais femininas pelotenses: o que as mulheres têm a dizer?	50
3.1 Um olhar qualitativo: na busca por significados e articulações	50
3.2 O ser mãe e o ser trabalhadora: como acontece na prática?	51
3.2.1 Ser mãe e a maternidade	52
3.2.2 Trabalho remunerado	55
3.2.3 Monoparentalidade	59
Considerações finais	66
Referências	70
Apêndices	75
Apêndice A – Roteiro das entrevistas semiestruturadas	76

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal identificar como ocorre a articulação entre a esfera do trabalho remunerado e a esfera da maternidade para as mulheres chefes de famílias monoparentais do município de Pelotas. Dessa forma, buscamos analisar os diferentes significados do trabalho remunerado e da maternidade nas experiências e trajetórias de vida e trabalho destas mulheres.

Nesse sentido, levamos em conta que a posição ocupada pelos indivíduos no mundo social, assim como a forma que estes se enxergam, mudam ao longo do tempo e do espaço. Por conseguinte, as configurações familiares, junto com os papéis de cada membro, não são estanques, mas são frutos de construções individuais, sociais e históricas, sujeitas a mudanças e ressignificações. Logo, a partir desse pensamento, podemos começar a pensar nos arranjos familiares atuais e nas condições que serviram de impulso para eles. Um dos arranjos familiares que vem crescendo, principalmente desde o final do século passado, é o monoparental. Assim, a família monoparental “é composta pela figura do pai ou da mãe, e estes podem estar na condição de solteiros, separados, divorciados ou viúvos e sua prole (SANTANA, 2014, p. 1230-1231).

Portanto, não é possível tratar a monoparentalidade de maneira homogênea, uma vez que as causas e as condições assumidas por este arranjo familiar variam muito. Por isso, torna-se importante conhecer mais de perto esse fenômeno. Apesar da complexidade em torno da monoparentalidade, um aspecto desse fenômeno se apresenta de forma bem clara: o seu caráter marcadamente feminino. Assim, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015, analisados por Bhering e Fontes (2017), no Brasil, em uma amostra de 356.904 domicílios, 36.578 eram representados por famílias monoparentais, o que correspondia a 10,25% do total. Dentre as famílias monoparentais, 87,36% correspondia a domicílios monoparentais femininos, ou seja, um número bastante expressivo de famílias.

Sendo assim, tomar a monoparentalidade como objeto de estudo, e em especial a monoparentalidade feminina, significa também a tarefa de buscar compreender os papéis de gênero e, assim, o significado construído em torno do ser mulher. Para tal, partimos da noção de que a identidade feminina passou por uma ampliação nas últimas décadas, concentrando uma série de elementos que

coexistem e que conflituam entre si (CAIXETA e BARBATO, 2004; ROCHA-COUTINHO, 2004). Logo, se em um determinado momento a maternidade e os cuidados passaram a ser associados a uma suposta natureza feminina, isto foi sofrendo alterações ao longo do tempo, principalmente a partir do final do século passado, momento em que uma série de transformações macro e microsociais se intensificaram. O ser mulher deixou de estar associado apenas à maternidade, aos cuidados dos filhos, do lar e do marido, e passou a abrigar novos papéis. É neste contexto que também precisamos lançar um olhar para o trabalho remunerado, que passa a fazer parte de forma mais expressiva da realidade das mulheres.

Portanto, o trabalho remunerado, objeto tão caro à Sociologia, considerado a referência central da existência social e individual nas sociedades capitalistas (GORZ, 2005), bem como as diversas metamorfoses pelas quais ele passa nas últimas décadas, se torna um elemento importante na identidade feminina. Com isso, ser mulher passou a significar ser múltipla. Enquanto, por um lado, podemos notar uma nova identidade feminina, voltada para o trabalho, por outro, observamos a “persistência da responsabilidade das mulheres e das mães pelos afazeres domésticos e pelos cuidados com as crianças e demais familiares” (BRUSCHINI, 2007, p. 571). É neste contexto que podemos pensar nas jornadas duplas e triplas das mulheres contemporâneas, que precisam responder a uma série de demandas e expectativas sociais. Além disso, a entrada no mundo do trabalho remunerado é acompanhada pela divisão sexual do trabalho, onde o mercado de trabalho reproduz as desigualdades de gênero, bem como as de raça/etnia e classe.

Desse modo, considerando o crescimento das famílias monoparentais, em especial as femininas, e a relevância do trabalho para as sociedades modernas e para a identidade feminina, faz parte desta pesquisa as seguintes indagações: como as mulheres chefes de famílias monoparentais articulam o mundo do trabalho e a maternidade? Qual é o significado dado a cada uma dessas esferas de atividade?

Compreender a articulação que se realiza entre essas duas dimensões, a saber: a dimensão da monoparentalidade feminina e o mundo do trabalho remunerado, possui relevância ao levarmos em conta o número de famílias com tais características, a complexidade do fenômeno e as implicações geradas a partir dele. Além do mais, com isso, acrescentamos ao conjunto do conhecimento científico novos dados acerca do tema em questão, que se insere em um vasto campo de pesquisa que trata sobre as relações de gênero e o mundo do trabalho.

Assim, de forma sucinta, partimos dos seguintes objetivos específicos: I) identificar o significado dado à maternidade pelas mulheres; II) Identificar o significado dado ao trabalho pelas mulheres; III) Apreender como ocorre a articulação entre essas duas esferas; e IV) Compreender as condições de trabalho e de inserção no mundo profissional destas mulheres e como elas se relacionam à maternidade.

Ademais, por entendermos a complexidade em torno do fenômeno da monoparentalidade, que apesar de não ser novo na sociedade brasileira, sofreu um aumento significativo nas últimas décadas e ganhou seu reconhecimento e legitimidade a partir da Constituição Federal de 1988, levamos em conta o que diz Bhering e Fontes (2017) acerca da necessidade de ir além dos dados demográficos e adentrar no mundo das significações e das causas particulares de cada caso. Logo, a fim de atingir os objetivos da pesquisa e responder a nossas questões centrais, utilizamos metodologia qualitativa para apreender os significados mobilizados pelas participantes referentes à maternidade, à monoparentalidade e ao trabalho. Assim, foi feita uma revisão bibliográfica sobre as temáticas pertinentes ao trabalho e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com uma amostra de mulheres. A amostra foi composta por oito mulheres, residentes no município de Pelotas, que se encontravam na posição de chefes de famílias monoparentais e que, ao mesmo tempo, exerciam alguma atividade remunerada. Para a constituição da amostra foi utilizada a técnica de bola de neve. Além disso, quanto às entrevistas, elas foram realizadas via internet, com o uso de um roteiro pré-elaborado. Por fim, após a transcrição das entrevistas, os dados produzidos foram organizados e analisados a partir da análise do discurso, justamente com o intuito de apreender os principais sentidos mobilizados pelas entrevistadas.

Nesse sentido, levando em conta a literatura disponível e acessada, partimos da hipótese inicial de que as mulheres na chefia de famílias monoparentais estabelecem uma relação conflitiva entre a maternidade e o trabalho. A ampliação da identidade feminina atrelada à permanência de antigas demandas, é fonte de conflitos e gera um acúmulo de tarefas para as mulheres, que, atualmente, se veem sobrecarregadas. Além disso, levando em conta as novas condições do trabalho remunerado, conjecturamos sobre as condições precárias dos postos de trabalho remunerado ocupados por estas mulheres, que constituem um grupo vulnerável, mais intensamente atingido pela reestruturação produtiva e a flexibilização das relações do trabalho.

Em relação à estrutura do trabalho, foi feita a divisão em três capítulos. No primeiro capítulo, abordamos as mudanças em torno da identidade feminina, dos papéis de gênero, da maternidade e da família. Assim, nesta primeira seção, temos uma discussão em torno do nosso objeto de estudo, a monoparentalidade feminina, a partir de alguns dados e noções que nos ajudam a ter uma compreensão acerca do aumento deste fenômeno na contemporaneidade. Já no segundo capítulo, tratamos sobre o lugar ocupado pelo trabalho nas nossas sociedades, trazendo as mudanças que ocorreram nas últimas décadas e que o afetaram; além disso, faz parte do segundo capítulo, uma discussão acerca da introdução das categorias de sexo e de gênero nos estudos sociológicos, e, com isso, a ampliação do conceito de trabalho e a inclusão de temas antes excluídos dos estudos. Por fim, no terceiro capítulo, a partir do material produzido nas entrevistas, buscamos compreender como ocorre a articulação entre a monoparentalidade e o trabalho remunerado para as mulheres entrevistadas. Dessa forma, trabalhamos com alguns eixos temáticos que nos auxiliaram no processo de análise e que possibilitaram a apreensão dos principais sentidos presentes nos discursos.

1 Família Monoparental Feminina: um fenômeno contemporâneo?

1.1 Identidade, gênero e as metamorfoses dos papéis sociais

Para compreendermos o fenômeno da monoparentalidade, é importante lançarmos um olhar sobre as relações de gênero e os papéis sociais atribuídos aos diferentes indivíduos. Portanto, faz parte desta primeira seção do trabalho, buscar entender como as identidades são formadas e como as distinções entre papéis masculinos e femininos marcam a história ocidental. Sem dúvida alguma, pelo caráter complexo da tarefa, a intenção é apenas trazer algumas noções fundamentais que permitam a visualização de um panorama geral do tema, sem a intenção de esgotar o assunto.

Os papéis sociais são produtos histórico-sociais que, portanto, mudam de acordo com o tempo e o espaço nos quais estão inseridos. Eles se constituem como um conjunto de expectativas socialmente definidas, que devem ser seguidas a depender da posição social em que o indivíduo se encontra, e que são apreendidos através do processo de socialização (GIDDENS, 2008). No entanto, como o próprio Giddens pontua, não se trata da mera reprodução de expectativas socialmente construídas; para ele, os indivíduos não se limitam a simplesmente desempenhar papéis, eles também agem e são capazes de conceber e modificar os papéis constituídos. Ter isto em mente nos ajuda a pensar nas enormes modificações que o papel social da mulher sofreu ao longo do tempo e em como o movimento de mulheres, com diferentes vertentes e pautas, se constitui como um agente importante na ampliação do que significa ser mulher e também homem.

Contudo, antes de partirmos para o significado dos papéis sociais na prática e nas relações de gênero, faz-se pertinente compreendermos o conceito de identidade e como este é múltiplo, podendo ser abordado de diferentes formas (GIDDENS, 2008). Assim, para Giddens, “[...] a identidade está relacionada com os entendimentos que as pessoas têm acerca de quem são e do que é importante para elas. Estes entendimentos formam-se em função de determinados atributos que são prioritários em relação a outras fontes geradoras de sentido.” (2008, p. 29). Como fontes geradoras de sentidos, o autor cita o gênero, a orientação sexual, a classe social, a nacionalidade ou a etnicidade como algumas das principais. Neste sentido, a identidade não se constitui apenas a partir de atributos próprios e inerentes aos

indivíduos, mas é fortemente marcada pelo olhar do outro, pelo meio social ao qual o indivíduo está inserido.

Portanto, a noção de identidade pode adquirir uma complexidade cada vez maior, se levarmos em conta todas as mudanças que ocorreram, principalmente na segunda metade do século XX, nas categorias e referências cristalizadas durante a modernidade. Como coloca Melucci (1996), o uso de prefixos e adjetivos usados pelos analistas ao se referirem às sociedades contemporâneas, tais como sociedades “pós-modernas”, “pós-industriais”, “complexas”, de “capitalismo tardio”, etc., são diferentes esforços em dar conta de todas as rupturas e descontinuidades pelas quais as sociedades modernas passaram, mais intensamente a partir do final do século passado. Neste sentido para ele:

[...] essas especificações se fazem necessárias porque os dois principais paradigmas da modernidade nos quais as interpretações da sociedade têm se baseado até agora – de um lado, o paradigma da sociedade capitalista, de outro, o da sociedade industrial - não são mais úteis para a interpretação das mudanças que testemunhamos, mas que não somos capazes de compreender a partir desses modelos (MELUCCI, 1996, p. 199).

Desta forma, pensando em todas as mudanças estruturais que vêm ocorrendo nas sociedades modernas, Stuart Hall (2006) tem como tese a afirmação de que as identidades modernas estão sendo deslocadas ou fragmentadas, isto é, elas estão sendo “descentradas”. Com isto, o autor sustenta que “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.” (HALL, 2006, p. 7). Em suma, para ele, esta “crise de identidade” faz parte de um processo mais amplo de mudança pela qual passa a modernidade. As sociedades modernas se veem em processo de deslocamento e fragmentação de estruturas antes centrais, fazendo com que ocorra um abalo dos “quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006, p. 7).

Assim, a classe social e a nacionalidade, por exemplo, deixam de ter a mesma importância de antes - o que não significa que deixem de ter importância - e novas referências surgem para concorrer na formação das identidades. Logo, para Hall, o sujeito pós-moderno não pode mais ser conceitualizado como tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, ao invés disso, “a identidade torna-se uma ‘celebração

móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados pelos sistemas culturais que nos rodeiam." (HALL *apud* HALL, 2006, p. 13).

Termos em vista as mudanças pelas quais passam as sociedades modernas e as identidades dos indivíduos nelas inseridos, serve-nos de auxílio para a compreensão da identidade feminina e de como esta mudou ao longo do tempo, em confluência com as estruturas mais amplas do meio social. Consequentemente, ajuda-nos a pensar nas expectativas atribuídas aos diferentes papéis sociais, que também são impactados pelas mudanças.

Neste contexto, é importante enfatizarmos a relevância do conceito de gênero para os estudos e para as mudanças em questão. O conceito de gênero recebeu especial atenção da historiadora Joan Scott, em seu famoso texto intitulado "Gênero: uma categoria útil para análise histórica" de 1989, marco importante para os estudos, no qual a autora critica o uso meramente descritivo do conceito e sustenta a necessidade de rejeitarmos o caráter fixo e permanente da oposição binária dos sexos, como se as diferenças entre homens e mulheres fossem fruto da natureza biológica, e sustenta a necessidade de uma historicização e desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual, pois "'homem' e 'mulher' são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes" (SCOTT, 1995, p. 93), frutos de conflitos, isto é, de relações de poder, e não de um consenso social. Desta forma, Scott vê o gênero como "um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero [como] uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p. 86). Em suma, a política constrói o gênero, e como as feministas radicais do final do século XX já afirmavam, "o pessoal é político" (PUELO, 2010).

Convergentemente, de acordo com Hall (2006), a década de 1960 foi um grande marco da "modernidade tardia", foi um momento histórico de forte efervescência social, no qual diversos movimentos surgiram e fizeram suas reivindicações, tais como os movimentos estudantis, as lutas pelos direitos civis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, bem como o movimento feminista. Neste sentido, para o autor, o feminismo teve um importante papel tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social, "ele questionou a clássica distinção entre o 'dentro' e o 'fora', o 'privado' e 'público'. O *slogan* do feminismo era: 'o pessoal é político'" (HALL, 2006, p. 45). Logo, novas arenas da vida social passaram a ser

objeto de questionamento e estudo, como a sexualidade, a família, o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças, antes vistos apenas como assuntos privados, fora das disputas políticas. Assim, o feminismo:

[...] politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas). Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da *posição* social das mulheres expandiu-se para incluir a *formação* das identidades sexuais e de gênero (HALL, 2006, p. 45).

Sendo assim, o significado de ser mulher pôde ser ampliado, os papéis sociais de gênero puderam ser questionados e modificados a partir das experiências individuais e das mudanças sociais mais amplas; o que antes era visto como “natural” aos diferentes sexos, foi politizado. Por isso, de acordo com Gobbi (1995, p. 86): “hoje, após vários estudos e lutas das mulheres é possível pensarmos que ser homem e ser mulher são categorias socialmente construídas, resultado de uma intrincada rede de significações sociais.”

Para além do decisivo papel da luta das mulheres nas modificações das identidades e papéis de gênero, e sem diminuir o mérito das lutas, outro fator também deve ser enfatizado: as conjunturas históricas específicas (MORAES, 2012). Assim, podemos pensar na influência da industrialização, a consequente necessidade de mão de obra e a intensificação da saída da mulher para a esfera pública no século XIX (GOBBI, 1995). Ainda, Caixeta e Barbato (2004), enfatizam as transformações que já no século XVIII começam a acontecer, a partir da ascensão da burguesia, da criação dos estados nacionais, do início da industrialização e da formação da sociedade capitalista, na qual “[...] a ideia de identidade individual, do privado, das residências particulares, da família nuclear [...] começa a ser construída.” (2004, p. 214). As autoras também reforçam o peso da mudança do discurso social sobre a mulher no século XX, visto que, em decorrência das duas grandes guerras, as mulheres foram incentivadas a saírem de casa e atuarem no mundo produtivo. Dessa forma, Moraes (2012) coloca que, historicamente, além do mérito dado à luta das mulheres, a inserção da mulher no mercado de trabalho ganhou legitimidade devido a condições econômicas mais amplas, que tornaram impossível o homem prover o sustento da casa sozinho. Ou seja, mudanças macrosociais tiveram papel nas mudanças identitárias e de gênero. A despeito de tudo isto, é importante lembrar que, para Moraes, “não se trata de apagar ou reduzir as conquistas das mulheres,

tampouco o valor das lutas feministas, mas de considerar o peso da conjuntura histórica nos acontecimentos.” (MORAES, 2012, p. 260).

Destarte, agora cabe-nos ver como todas essas mudanças estruturais e institucionais, bem como subjetivas, foram vividas de fato na vida dos indivíduos, em especial na vida das mulheres. Ou, em outras palavras, como as lutas e rupturas vivenciadas impactaram de fato a vivência das mulheres e os papéis sociais a elas atribuídos.

Como alguns estudos mostram, seguindo diferentes linhas, o que ocorreu foi uma ampliação do papel feminino: a mulher deixou de ser definida única e exclusivamente como mãe-esposa, restrita ao lar, e passou a desempenhar novas funções e a ocupar novos lugares no meio social, gerando um acúmulo de expectativas sociais referentes ao que significa ser mulher (CAIXETA e BARBATO, 2004; MORAES, 2012; ROCHA-COUTINHO, 2004; SCAVONE, 2001). Em vista disto, as autoras usam termos como “mulher múltipla”, “mulher maravilha” e “supermulher” na tentativa de apreender o caráter da identidade feminina nas sociedades contemporâneas.

Dois pontos podem ajudar-nos a compreender esse fenômeno: primeiro, de acordo com Melucci (1995), diferente do que acontecia antigamente, na atualidade confrontamo-nos com um excesso de possibilidades, que nos são oferecidas pelos mercados, pelo enorme fluxo de informações, pelo afrouxamento de regras tradicionais, pela maior liberdade sexual, etc. Nas palavras do autor, “[...] sofre-se com um excesso de possibilidades, de desordens narcísicas, o que significa que as pessoas querem ser tudo e todos em todos os lugares, e sua identidade está fragmentada.” (MELUCCI, 1995, p. 211).

Entretanto, em segundo lugar, o longo período da história ocidental que antecede nosso momento atual, cristalizou e institucionalizou formas de fazer, de estar e de ver o mundo, não podendo simplesmente serem ignoradas e influenciando nossas tomadas de decisões cotidianamente. Portanto, seguindo uma linha de raciocínio semelhante, Vieira coloca que “[...] são tão difíceis e lentas as mudanças sociais referentes à identidade das mulheres, pois cada alteração deve desconstruir processos históricos de séculos de preconceitos e de crenças, solidamente estratificados no seio da sociedade.” (2005, p. 223). Logo, ocorreu uma ampliação de possibilidades às mulheres, porém, antigas expectativas sociais continuam

pressionando as mulheres e influenciando na formação identitária e nos papéis sociais a serem desempenhados.

No estudo realizado por Caixeta e Barbato (2004) fica clara a ampliação do papel feminino, ao mesmo tempo em que antigas expectativas são mantidas. Assim, as autoras nos mostram como com a transição da família extensa para a família burguesa, a mulher foi confinada no espaço doméstico, onde seu objetivo principal passou a ser cuidar dos filhos, do marido e da casa, institucionalizando-se assim a característica de “cuidadeira”, atribuída à natureza feminina. Enquanto aos homens, indo na direção contrária, foi atribuído o espaço público, a posição de chefe e de provedor da casa, bem como todos os direitos civis que a sociedade capitalista passou a elaborar para os trabalhadores. Marcadamente, neste momento foi feita uma tentativa de naturalização de uma suposta “natureza feminina”, esta como

[...] fruto de todo esse contexto sócio-histórico de confinamento da mulher no lar, para cumprir papéis sociais que permitissem a seus homens cuidar do mundo produtivo. Neste contexto, a mulher não só se reconhecia nesse lugar social e subjetivo de “rainha do lar”, frágil, dependente, maternal, como passou a reproduzi-lo, já que era a responsável pela educação dos(as) filhos(as) (CAIXETA; BARBATO, 2004, p. 215).

No entanto, as autoras reconhecem certa inflexão neste discurso, principalmente após as duas grandes guerras, momento em que as mulheres passaram a ocupar cada vez mais o mercado de trabalho e o novo papel social de profissional com carreira passou a fazer parte da identidade feminina, mesmo que sem modificar por completo o que já havia se institucionalizado até então. Logo, nas palavras das pesquisadoras: “agora, mais que mães e esposas, elas também são donas-de-casa e profissionais. A dupla-jornada passou a fazer parte da vida da mulher, fenômeno significado no cotidiano pelo termo supermulheres.” (p. 215). No estudo feito pelas autoras, realizado com mulheres oriundas do ambiente rural e nascidas nas décadas de 1920 e 1940, elas verificaram como, mesmo nesse grupo, ser mulher foi sofrendo uma ampliação ao longo do tempo, chegando à ideia de que ser mulher é ser múltipla (esposa, dona de casa, mãe, trabalhadora, velha, etc.). Isto é, para estas mulheres, a princípio, os principais papéis femininos destacados foram de esposa e de mãe, onde o par esposa-mãe foi visto como basilar da identidade feminina e também indissociável, pois “a maternidade apareceu como a consequência positiva do casamento e do papel social de esposa, já que todas tiveram filhos(as)

após o casamento, instituição primordial para a constituição de família, segundo elas.” (CAIXETA; BARBATO, 2004, p. 216). No entanto, com o passar do tempo, após a criação dos filhos, as mesmas mulheres buscaram outros papéis para além do espaço doméstico, ampliando o significado do ser mulher. Dessa forma,

tendo cumprido as atividades relacionadas ao papel de mãe, essas mulheres estavam lutando por abandonar a opressão do espaço doméstico, através de uma maior participação em programas e atividades fora do lar. Já que em casa eram desvalorizadas apesar de tudo que fizeram, buscavam, fora dela, a chance de falarem e de serem ouvidas (CAIXETA; BARBATO, 2004, p. 217).

Logo, em suma, apesar do par esposa-mãe ser marcante na constituição da identidade destas mulheres, o processo de ampliação da identidade feminina não deixou de gerar mudanças também para este grupo, formado por mulheres em uma idade mais avançada que, após cumprirem o papel de mãe no lar, se colocaram em busca de novas formas de estar no mundo e de constituir suas identidades.

Na mesma esteira, em estudo realizado por Maria Lúcia Rocha-Coutinho (2004), podemos verificar novamente como a ampliação do papel feminino acontece. Para as mulheres entrevistadas por Rocha-Coutinho, a mulher deve ser múltipla; as novas atitudes e comportamentos disponíveis às mulheres não só são vistos como possíveis, mas também como desejáveis. No entanto, na prática, o que prevalece é uma coexistência de discursos conflitantes, pois os antigos discursos definidores da identidade feminina e masculina ainda estão bastante presentes. Vemos novamente presente a ampliação do papel social das mulheres, bem como a reprodução de antigas características vistas como exclusivas ao mundo feminino. Nesse sentido, Rocha-Coutinho enfatiza que

[...] embora importantes transformações no papel e na posição da mulher em nossa sociedade tenham ocorrido nos últimos anos, é preciso não superestimar a profundidade dessas mudanças, nem tampouco acreditar que as desigualdades entre homens e mulheres nos espaços público e privado tenham sido erradicadas (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 4).

De acordo com a autora, as mulheres continuam sofrendo discriminação no espaço público, ainda que de forma velada, e isto pode ser visto nos salários geralmente mais baixos quando comparados aos dos homens, no menor índice de mulheres ocupando postos de chefia, nos trabalhos mais vulneráveis, na parcial segregação feminina em “guetos” ocupacionais ligados a trabalhos de cuidado e de

prestação de serviços, bem como na ausência ou na precariedade de infraestrutura de apoio às mulheres trabalhadoras, que necessitam de creches e de auxílio para enfrentar de forma justa o mercado de trabalho.

Além disso, de forma interessante, uma nova faceta da ampliação dos papéis sociais aparece no estudo. Para este grupo de mulheres, o ser mãe e o ser esposa não são indissociáveis. A hipótese de ser mãe sem um parceiro emerge nos discursos como uma possibilidade. Além disso, o trabalho ganha um peso bem maior. A inserção da mulher no mercado de trabalho passa a ser central para estas mulheres, que veem o exercício profissional como parte da realização pessoal e felicidade, enquanto a vida restrita ao ambiente doméstico é vista como limitadora dos horizontes femininos.

Nesse sentido, a inserção da mulher de classe média no mercado de trabalho e a possibilidade de ter uma profissão ganha força, mas coexiste com antigas demandas, como a maternidade. Nas palavras da autora:

[...] esta inscrição da maternidade no corpo da mulher, com a permanência da ideia do “instinto materno”, parece perpassar todas as esferas de atuação da mulher, inclusive suas escolhas profissionais, levando-a a se dividir e multiplicar para dar conta de todas as tarefas. Isto porque, para nossas entrevistadas, a mulher deve sempre trabalhar, investir na carreira, buscando uma estabilidade financeira que, em última análise, acaba por se tornar uma pré-condição para a vinda dos filhos (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 16).

Consequentemente, para a autora, as mulheres se encontram na interseção carreira-família, a qual gera impasses na vida individual de cada uma, ainda mais levando em conta que as mulheres sustentam o discurso de “escolha pessoal” frente a estes conflitos, recorrendo a ideia “de que as pessoas não necessitam mais se submeter a papéis pré-estabelecidos, mas, antes, devem ter liberdade para escolher como devem gerir suas vidas, optando pelo estilo de vida que melhor lhes convier” (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 17). Assim, os impasses contemporâneos acabam por se situar em um plano individual e parecem perder o caráter social e político que os compõem.

Na mesma direção, Albertuni e Stengel (2016) afirmam que a maternidade deixou de ser o único caminho para a felicidade ou realização, e a profissão ou mesmo outras atividades passaram a adquirir grande importância para as mulheres e uma possibilidade de realização pessoal. Entretanto, vale ressaltar, coexiste um conflito entre os papéis de gênero tradicionais e os novos papéis adquiridos. Assim, encontramos “[...] o conflito entre o trabalho e a maternidade, o valor social da

independência feminina *versus* a concepção de uma maternidade ‘de corpo presente’.” (p. 720). Desta forma, o que podemos ver novamente é um acúmulo de tarefas e de expectativas que sobrecarregam e causam conflitos às mulheres contemporâneas, além de uma maior responsabilização individual por tais embates.

Acrescentando a questão socioeconômica, Almeida (2007) realiza estudo focando em diferentes camadas – popular e média - e destaca um aspecto comum em ambas: as mulheres das duas camadas socioeconômicas atribuíram o mesmo significado à maternidade, isto é, o de cuidado e educação dos filhos, e os relacionaram à figura feminina. Entretanto, em relação ao significado atribuído ao trabalho e em como este se relaciona com a maternidade, as opiniões divergiram. Assim, no grupo de mulheres de camadas médias, o maior nível de dificuldade enfrentado na conciliação entre trabalho e maternidade se mostrou devido ao significado dado ao trabalho, pois este foi visto como um projeto individual e uma forma de satisfação pessoal. Já no outro grupo, de mulheres de camadas populares, a atividade de trabalho foi vista principalmente como uma forma de garantir as necessidades básicas da família e menos como uma afirmação de individualidade. Mas, mesmo assim, é pertinente enfatizar que o significado “[...] atribuído à maternidade antagonizava-se e coexistia com os sentidos construídos sobre o trabalho, o que em muitos casos gerou explicitamente um sentimento de culpa em relação aos cuidados dispensados aos filhos.” (ALMEIDA, 2007, p. 420). Ou seja, mesmo em camadas socioeconômicas distintas, a tensão entre o trabalho e a maternidade se faz presente, mesmo que de formas diferentes.

Neste ponto, levando em conta o que foi visto até o momento, torna-se relevante acentuar o caráter histórico-cultural da maternidade, visto que ela pode ser encarada de diferentes formas a depender dos significados que lhe são atribuídos em diferentes contextos temporais e espaciais, com as inerentes desigualdades sociais presentes. Um exemplo disto é que nas sociedades rurais a maternidade e a fecundidade da terra sempre estiveram associadas. Assim, no final da idade média, a vida da criança e a experiência da maternidade adquiriam um outro valor (SCAVONE, 2001).

Foi a partir do final do século XVIII que um conjunto de elementos passou a agir sobre as mulheres e a concepção tida sobre a maternidade; ideias como a criação do lar, o surgimento do amor romântico, a mudança na relação entre pais e filhos fazem parte do que Giddens (*apud* SCAVONE, 2001) denominou a “invenção da

maternidade”. Segundo o autor, é a partir do século XIX que a maternidade e a feminilidade passam a ser associadas. Desta forma, “este modelo consolidou-se em uma ideologia que passou a exaltar o papel natural da mulher como mãe, atribuindo-lhe todos os deveres e obrigações na criação do(a)s filho(a)s e limitando a função social feminina à realização da maternidade” (SCAVONE, 2001, p. 49). Ser mãe passou a estar fortemente vinculado à natureza feminina.

No entanto, este cenário se transforma com a consolidação da sociedade industrial, transformando-se de um modelo tradicional de maternidade, no qual a mulher teria sua essência definida exclusivamente como mãe, a um modelo moderno de maternidade. Neste caso, a mulher passa a ser definida também como mãe entre outras possibilidades, possuindo um número reduzido de filhos e a possibilidade de realizar um planejamento familiar.

À vista disso, Scavone (2001) afirma que a maternidade como escolha se trata de um fenômeno moderno e contemporâneo, consolidado ao longo do século XX. Para ela, é através do avanço da industrialização e da urbanização, bem como das novas tecnologias reprodutivas - incluindo os contraceptivos que possibilitam uma maior segurança na escolha da maternidade - que essas transformações se solidificam. Ademais, cabe ressaltar a ênfase dada pela autora à desigualdade, visto que o fenômeno da maternidade e suas implicações “[...] não atingem da mesma forma todas as mulheres, países e culturas, apesar de existir um modelo de maternidade preponderante nas sociedades ocidentais contemporâneas” (SCAVONE, 2001, p. 48). Logo, diferenças como as socioeconômicas possuem um peso grande sobre a experiência da maternidade. A possibilidade de escolha deve ser vista levando em conta as desigualdades sociais.

Com isso, uma forma de sintetizar o que foi dito até o momento sobre o fenômeno da maternidade pode ser vista nas palavras de Barbosa e Rocha-Coutinho:

A história mostra, contudo, que o lugar e a valorização da maternidade no âmbito sociocultural se modificaram e variaram ao longo de diferentes momentos históricos e contextos culturais, respondendo a interesses sociais mais amplos, como os de ordem econômica, demográfica, política, entre outros (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007, p. 166).

Isto posto, podemos ter um panorama sobre como as identidades e os papéis sociais são constituídos e moldados a partir dos contextos nos quais estão inseridos,

modificando-se ao longo do tempo e em constante conflito, atravessados por relações de poder.

Portanto, cabe enfatizarmos que, a despeito de todas as transformações, a maternidade continua sendo um fator relevante na constituição da identidade feminina, porém, de forma concomitante, nas sociedades contemporâneas, as mulheres passaram a participar cada vez mais de esferas antes a elas negadas. É neste sentido que estudos mais recentes se centram em temas sobre diferentes condições maternas, sob a perspectiva de que a maternidade atualmente traz distintos conflitos, implicações e tentativas (BELTRAME; DONELLI, 2012).

1.2 Os arranjos familiares e suas transformações

Finalmente, após compreendermos melhor a identidade e os papéis sociais, podemos tratar sobre as famílias e mais especificamente sobre a família monoparental feminina. Para tal, esta seção visa abordar a noção de família, a família na história brasileira e as principais inflexões ocorridas no final do século XX, das quais o aumento das famílias monoparentais faz parte.

Assim, levando em conta o que já foi abordado até o momento, o perfil das famílias também é marcado e redesenhado pelas intensas mudanças assistidas na identidade feminina, tanto no âmbito público quanto no privado (ARAÚJO; GUEDES, 2011). Por conseguinte, a família também se constitui como um produto histórico-social, atravessado por relações de poder, de caráter complexo e dinâmico. Indo ao encontro dessa noção, Carloto (2005) enfatiza o caráter social, histórico e mutável da família, bem como a arbitrariedade das divisões de papéis intrafamiliares, da estrutura da unidade familiar e das relações de parentesco. Ou seja, longe de ser um dado natural, a forma como a família se constitui, as relações entre seus membros e os papéis desenvolvidos por cada um deles, são fruto de longos processos históricos e sociais. Com isso, faz mais sentido pensarmos em famílias no plural e olharmos para o conjunto de relações sociais o qual elas estão inseridas. De qualquer forma, podemos pensar na família como a expressão máxima da vida privada, esta sendo “percebida como nicho afetivo e de relações indispensáveis à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertencimento de um campo relacional propulsor de relações includentes na própria vida em sociedade”

(SANTANA, 2014, p. 1225). Assim, citando Carvalho, Santana (2014, p. 1227) completa que

a família [é] o primeiro sujeito que referência e completa a proteção e a socialização dos indivíduos, e que independente das diversas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui como canal de iniciação e aprendizagem dos afetos e das relações sociais.

Contudo, apesar da pluralidade de formas e de dinâmicas internas, é o estereótipo da família nuclear (mãe, pai e filhos – geralmente dois) o principal modelo privilegiado atualmente, ocupando um lugar dominante na concepção que construímos, historicamente, sobre o grupo familiar (BORSA; FEIL, 2008). Portanto, cabe retomarmos suas origens históricas para melhor compreensão das significativas mudanças que se apresentam na contemporaneidade. Carloto (2005) coloca que o modelo de família que conhecemos atualmente começa a se consolidar por volta do século XVIII, a partir da passagem da concepção de família como unidade de produção para a de unidade de consumo, com uma rígida divisão entre o público e privado e entre o econômico e o pessoal, como se a família estivesse isolada do contexto político e econômico - o que marcadamente se trata de uma característica da sociedade capitalista. Consequentemente, ocorre uma rígida divisão sexual dos papéis sociais e das atribuições de cada membro da família; à mulher cabe o isolamento no espaço doméstico-familiar, enquanto ao homem, cabe a socialização voltada ao trabalho remunerado e à vida pública. No entanto, como bem vimos, as mudanças que ganham força, principalmente na segunda metade do século XX, modificam as posições e os papéis sociais dos indivíduos, fazendo com que a própria noção de público e privado entre em jogo e passe a ser questionada, ofertando um leque maior de possibilidades aos indivíduos, principalmente às mulheres, que passam a ocupar espaços antes a elas negados.

Pensando especificamente no Brasil, inicialmente o modelo hegemônico, vigente no Brasil colônia, era o da família patriarcal extensa, composta pelo homem proprietário de terras, sua mulher, filhos, agregados, afilhados, escravos e todos aqueles sob o seu poder, isto é, tudo girava em torno do patriarca (SANTANA, 2014). Logo, enquanto o pai representava a figura de autoridade, a mãe ficava responsável pela educação dos filhos, administração da rotina doméstica e pelo comando dos serviços (ALMEIDA, 2007). Segundo a autora, esta composição familiar começa a

mudar a partir de meados do século XIX, momento em que a família vai perdendo sua função produtiva e ocorre uma valorização da intimidade no lar, limitando as relações familiares a poucos membros. Assim, as transformações sociais e as demandas familiares conduziram a família ao modelo nuclear/burguês o que, no entanto, não alterou de forma significativa as atribuições dos papéis familiares em relação ao modelo patriarcal (ALMEIDA, 2007), pois a mulher continuou no papel de esposa e mãe, responsável pelos cuidados da casa e pela educação dos filhos, enquanto o homem manteve seu papel de provedor da casa, sendo o único encarregado pelo trabalho remunerado fora do lar.

Entretanto, outros modelos de família já coexistiam com a família patriarcal extensa e, posteriormente, com a família nuclear/burguesa. É isto o que afirma Álvares (2003) ao enfatizar o caráter político do ideário de família presente na história social da família brasileira. Assim, a autora coloca que “a formação da família brasileira teve a participação de vários povos que, através de sua etnia, história, cultura, crenças e costumes, geraram a nação brasileira, resultando uma diversidade étnico-cultural.” (ÁLVARES, 2003, p. 15). A predominância da família patriarcal e da família burguesa no imaginário coletivo faz parte de relações de poder que invisibilizaram outros modelos de família. Segundo a autora:

[...] paralelamente à época da colonização, existiam outros arranjos familiares, advindos das classes sociais mais pobres e dos escravos que, por não terem influenciado ideologicamente a concepção de família e, também, por não possuírem o poder, a riqueza e a força política, pouco se destacaram na história social da família brasileira (ÁLVARES, 2003, p. 16).

Sendo assim, a autora destaca outros modelos de família que também fizeram parte da história brasileira, como a família indígena, a família escrava, a família nas Minas Gerais, as famílias paulista e do Sul. Famílias estas nas quais, pelo contexto, a divisão de papéis acontecia de forma diferente, visto que em algumas a divisão obedeceu muito mais às necessidades econômicas do que qualquer preconceito sexual na distribuição de tarefas. Assim, as mulheres de camadas pobres participavam do sustento material da família e também algumas já se encontravam no lugar de chefes de família. Desta forma, nas palavras da autora:

[...] é certo que sempre existiram famílias com a ausência do companheiro masculino, desde o período colonial. Porém, esse tipo de arranjo familiar sempre esteve ‘mascarado’ na historiografia brasileira, pelas famílias

patriarcal e nuclear burguesa, consideradas como 'modelos padrões' da família brasileira (ÁLVARES, 2003, p. 68).

O esforço em enfatizarmos este aspecto das famílias brasileiras está baseado na importância de lançarmos luz sobre as relações de poder que atravessam o social e a história que é construída a partir daí. Além do mais, também é relevante lembrarmos que as mulheres pobres sempre tiveram de trabalhar fora de casa, o que muda a partir do final do século XX é o número expressivo de mulheres que passam a ingressar no mercado de trabalho e o fato de estas serem de classe média.

Logo, após compreendermos a complexidade que envolve a expressão família, bem como ela se manifesta nas sociedades ocidentais e, em particular, no Brasil, podemos nos ater às mudanças sociais que se intensificaram a partir de meados do século XX e no consequente aumento das famílias monoparentais. Assim, pensando nas mudanças que marcaram a segunda metade do século XX, Goldani (1994) traça o perfil demográfico das famílias brasileiras nas últimas décadas do século, apontando que uma das explicações mais comuns para as mudanças nos arranjos familiares, a partir da década de 70, se baseia na crescente presença feminina nos espaços públicos, em conjunto com as discussões feministas, e em um contexto mais amplo de transformações da sociedade brasileira, que passa pela busca da democracia e pela afirmação dos direitos de cidadania, culminando na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Não é coincidência que a partir da CF/88 a conceituação de família passe por uma modificação, tornando o significado de família mais amplo e, assim, possibilitando a abrangência de diversas configurações familiares (BABIUK, 2014). Logo, de acordo com o artigo 226 da CF/88 (BRASIL, 2016, p. 132): "Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes." Este novo conceito reconhece a existência das famílias monoparentais que, como já dito, existem desde o período colonial, embora não oficialmente.

Deste modo, visto o caráter histórico do laço familiar, o modelo tradicional de família nuclear que vinha se constituindo como hegemônico e que ainda habita o imaginário coletivo, abre espaço para novas configurações de família (BABIUK, 2014). Diversos estudos tratam sobre as mudanças externas e internas que impactaram os arranjos familiares no final do século XX e os novos arranjos emergentes (ÁLVARES, 2003; ARAÚJO e GUEDES, 2011; BABIUK, 2014; BHERING e FONTES, 2017;

BORBA e FEIL, 2008; BRITO, 2008; CARLOTO, 2005; GOLDANI, 1994; SANTANA, 2014).

Retomando o estudo feito por Goldani (1994), a autora verifica as principais condições de reprodução das famílias brasileiras e as novas estruturas familiares emergentes, pontuando que existe a tendência de diminuição e diversificação dos arranjos familiares, devido à queda nas taxas de fecundidade e no aumento da longevidade da população, ao aumento da população urbana, à diversificação nos tipos de união, ao aumento das separações e divórcios e ao aumento da força de trabalho feminina. Assim, o perfil demográfico dos arranjos domésticos mostra uma diminuição no arranjo conjugal mais tradicional (casal com filhos), um aumento de famílias monoparentais (principalmente femininas) e também um aumento de pessoas vivendo sozinhas. Com isso, podemos perceber que as metamorfoses da família passam por mudanças demográficas e também por mudanças de valores, que questionam os papéis sociais postos até então e que abrem novas possibilidades aos indivíduos.

Pensando especificamente nas famílias chefiadas por mulheres, Goldani (1994) coloca que a interpretação para o aumento deste tipo de família vai na linha da modernização, industrialização e no maior número de opções disponíveis às mulheres dos países mais ricos, enquanto para as mulheres dos países mais pobres, a interpretação gira em torno das más condições de vida que geram instabilidade nas relações pessoais e familiares. Portanto, por um lado, temos as transformações demográficas que passam pela elevação das taxas de separações e divórcios, a maior expectativa de vida para as mulheres, o aumento de mulheres solteiras com filhos e também uma maior integração da mulher no mercado de trabalho, diminuição da fecundidade e aumento da educação, mas, por outro lado, temos as desigualdades raciais, regionais e de renda. Em vista disto, em relação ao aumento da chefia familiar feminina, a autora afirma que, “[...] portanto, haveria que considerar tanto os fatores de crescentes opções para mulheres de determinados grupos, como as restrições que enfrentam outras para se estabelecerem como chefes de família” (GOLDANI, 1994, p. 10). Ainda, comentando sobre o novo conceito de família, a autora conclui o seguinte:

Portanto, mudaram as condições de reprodução da população, mudaram os padrões de relacionamento entre os membros da família, os modelos de autoridade estão em questionamento, a posição relativa da mulher alterou-se profundamente, e até mesmo a legislação redefiniu o conceito de família - de uma concepção legal estreita sobre família, em que só cabia um modelo de

família legitimada pelo casamento com predominância do poder paterno e marital masculino, passa-se a algo mais próximo das práticas sociais vigentes (GOLDANI, 1994, p. 10).

Tendo isto em vista, torna-se relevante sublinharmos as desigualdades que perpassam os arranjos familiares e que influenciam suas formas e dinâmicas. Além do mais, também cabe ressaltar que não só as famílias monoparentais foram contempladas a partir da ampliação do conceito de família e da mudança de valores sociais, visto que no século XXI temos o aumento dos arranjos familiares formados por casais homoafetivos.

Sendo assim, considerando que as famílias no século XXI podem assumir variados formatos, Santana (2014) busca fazer uma síntese dos modelos encontrados atualmente. A autora menciona nove tipos de famílias:

Os autores apontam o modelo de família nuclear, que inclui duas gerações, com filhos biológicos; as famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações; as famílias adotivas temporárias; as famílias adotivas que podem ser compostas como bi raciais ou multiculturais; os casais; as famílias monoparentais, chefiada por pai ou mãe e que tem crescido substancialmente nestes últimos tempos; os casais homossexuais que tenham ou não crianças; as famílias denominadas reconstituídas, sendo compostas por pessoas divorciadas que já vieram de outro casamento e se casam novamente, assumindo assim o filho do outro e por fim as compostas por pessoas que vivem juntas, no entanto sem laços legais, porém com um sólido compromisso mútuo entre si (SANTANA, 2014, p. 1230).

Sem dúvida, trata-se de uma tentativa de dar conta de um fenômeno cada vez mais presente nos dias atuais, mas que não esgota todas as possibilidades encontradas na realidade concreta. Assim, nossa ideia é apenas exemplificar a ampliação que o conceito de família sofreu e a multiplicidade de arranjos encontrados nas sociedades contemporâneas. Agora que já identificamos algumas das transformações que ocorreram nas famílias e abordamos a ascensão de novos arranjos familiares, podemos localizar, justamente neste contexto, o aumento da família monoparental.

O termo família monoparental começou a ser usado na França a partir da metade da década de 1970 "[...] para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros." (VITALE *apud* ÁLVARES, 2003, p. 66). Segundo a autora, foram as sociólogas feministas que importaram o termo dos países anglo-saxões e tinham como objetivo elevar estes arranjos à condição de “verdadeiras famílias”, opondo-se

à ideia de famílias de risco ou de famílias com problemas psicossociais. Pensando no Brasil, “o filho é integrante de família monoparental até atingir a maioridade completa que se dá aos 18 anos segundo o artigo 5 do Código Civil.” (OLIVEIRA, 2008, p. 2). Logo, quando falamos em famílias monoparentais femininas, estamos nos referindo às famílias composta por uma mulher adulta e seus dependentes.

Neste ponto, cabe diferenciarmos famílias monoparentais femininas e famílias chefiadas por mulheres. Embora toda família monoparental feminina seja chefiada por uma mulher, nem toda família com chefia feminina é monoparental (ÁLVARES, 2003). Ou seja, em famílias chefiadas por mulheres pode existir a presença de cônjuge, enquanto nas famílias monoparentais femininas a mulher é a principal responsável pelo sustento, cuidado e educação dos filhos, sem a presença de cônjuge.

Em estudo mais recente, Bhering e Fontes (2017) pontuam que para compreendermos a complexidade que permeia a família monoparental feminina, precisamos ir além dos dados demográficos e, citando Macêdo, as autoras colocam que

[...] essas famílias precisam ser vistas como um resultado de um conjunto de fatores econômicos, culturais e sociais que influenciam diretamente na trajetória dessas mulheres, fazendo com que essa chefia tenha múltiplos significados, como: a situação da mulher solteira, viúva, separada com filhos, ou encontrar-se nessa mesma condição e ainda estar convivendo com parente e outros agregados. (BHERING; FONTES, 2017, p. 4).

Assim, as famílias monoparentais femininas não podem ser vistas como um bloco homogêneo, mas como um conjunto de arranjos que têm uma história própria e diferentes causas e dinâmicas. Apesar disso, as autoras sintetizam alguns dados importantes que nos ajudam a dimensionar o fenômeno da monoparentalidade. Utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010 e o estudo realizado por Alves e Cavenaghi, as autoras trazem dados que convergem quase que inteiramente com o prognóstico elaborado na década de 1990 por Goldani (1994), visto que as três principais mudanças percebidas nos arranjos familiares consistem na diminuição do arranjo majoritário formado por casais com filhos, no aumento do arranjo formado por casais sem filhos e sem outros parentes e no aumento dos arranjos monoparentais. O arranjo monoparental feminino passou de 11,5% em 1980 para 15,5% em 2010, enquanto o masculino passou de 0,8% em 1980 para 2,2% em 2010 (BHERING; FONTES, 2017).

Além disso, as autoras também sintetizam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2015. Segundo elas, os arranjos familiares monoparentais residentes em domicílios particulares representavam 11,76% do total de domicílios do país em 2015, enquanto cerca de 87,36% destes eram compostos por famílias monoparentais femininas, os outros 12,36% eram compostos por famílias monoparentais masculinas. Ou seja, sem dúvida alguma o número de famílias monoparentais femininas é muito superior ao número de famílias monoparentais masculinas. Uma das explicações pode ser a força que a associação entre maternidade e o cuidado inato ainda exerce no imaginário social, fazendo com que a prole fique predominantemente sob a tutela da mulher (BHERING; FONTES, 2017).

Em vista disso, além de múltiplas causas para o fenômeno da monoparentalidade feminina, também podemos pensar nas diferentes condições destas famílias, entrecruzadas por questões raciais, de gênero e de classe. Segundo Vitale (*apud* ÁLVARES, 2003, p. 70) “a noção de monoparentalidade tem ficado associada não só à questão de gênero, mas também à pobreza”. Em relação à questão de gênero porque as famílias monoparentais são majoritariamente femininas, já quanto à pobreza, porque o Censo Demográfico de 2000 apontava menor rendimento entre mulheres chefes de família (ÁLVARES, 2003). Na mesma direção, na análise dos dados de pesquisa, Bhering e Fontes (2017) verificaram que as desigualdades entre homens e mulheres em relação ao rendimento permanecem, visto que a renda média domiciliar dos domicílios monoparentais masculinos era de R\$ 2.070,56 em 2015, enquanto dos domicílios monoparentais femininos era de R\$1.479,44 no mesmo ano. De acordo com as autoras, uma das principais explicações para essa diferença tão gritante, centra-se na inserção diferenciada por sexo no mercado de trabalho, isto é, existe “[...] uma maior presença feminina em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco formalizada, entre outros aspectos sociais que dificultam o desenvolvimento das mulheres no mercado de trabalho.” (BHERING; FONTES, 2017, p. 9). Neste sentido, as autoras verificam que as atividades de trabalho das famílias monoparentais femininas mostram maior percentual nos serviços domésticos, seguido por atividades na Educação, saúde e serviços sociais, áreas voltadas ao cuidado e tipicamente atribuídas à figura feminina. As autoras ainda enfatizam a informalidade, precariedade, baixa remuneração e longas jornadas de trabalho como aspectos marcantes das atividades em serviços domésticos.

Por fim, outra variável analisada pelas autoras diz respeito à escolaridade entre as famílias monoparentais femininas e masculinas, fator importante na geração de renda e desenvolvimento das famílias. Nos dados analisados, foi possível verificar que as mulheres chefes de famílias monoparentais possuem mais anos de estudo do que os homens em situação de monoparentalidade. Isto permite que as autoras concluam que “apesar de apresentarem mais anos de estudo, [as mulheres] continuam recebendo menos que os homens” (BHERING; FONTES, 2017, p. 10), possivelmente por exercerem atividades de trabalho mais precárias e com remuneração mais baixa. Além do mais, quando acrescentado o recorte de raça, as desigualdades ficam ainda maiores, visto que, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, as mulheres negras possuem menor escolaridade e rendimento mensal inferior ao auferido pelas mulheres brancas, recebendo em média 51% da remuneração recebida por estas e 1/3 do rendimento de homens brancos (BELFORT *apud* BABIUK, 2017). Logo, mulheres pretas ou pardas chefes de famílias monoparentais estão em situação mais vulnerável em relação às mulheres brancas e aos homens.

Lavinhas e Nicoll (2006) grifam a ausência de políticas permanentes e universais direcionadas às famílias no Brasil, “[...] e que, portanto, grande parte do que poderia ser desmercantilizado por intermédio de políticas públicas para compensar dignamente o aporte das famílias – leia-se das mulheres – não o é, sendo assumido, na prática, na esfera privada dos lares [...]” (LAVINAS; NICOLL, 2006, p. 67). Com isso, partindo do princípio de que o mercado de trabalho e o perfil do sistema de proteção social se constituem como fatores explicativos do maior ou menor grau de vulnerabilidade social, os autores realizam estudo para verificar como operam as desigualdades de gênero em relação às famílias, e concluem que é a presença de crianças na família que eleva consideravelmente a possibilidade de qualquer arranjo familiar ser vulnerável e que, portanto, as famílias monoparentais possuem mais chance de estarem em situação de vulnerabilidade do que as famílias biparentais nas quais o cônjuge se encontra desocupado. Entretanto, o surpreendente é que os autores afirmam que a margem de desvantagem é pequena e que “[...] a probabilidade de uma família monoparental feminina ser vulnerável é, na pior das hipóteses, pouco maior do que a de uma família biparental de chefia masculina.” (LAVINAS; NICOLL, 2006, p. 90). Pois, explicam eles, dentre vários fatores, o que dificulta uma melhor inserção feminina no mercado de trabalho é mais o contrato conjugal, que reduz a autonomia da mulher, e menos o fator presença de crianças. Nas palavras dos autores

Tolhidas não apenas por afazeres domésticos (fato que afeta a todas as mulheres), mas também limitadas no seu desenvolvimento por uma relação contraditória e assimétrica estruturada em um modelo patriarcal no qual a figura masculina é a do provedor tradicional, as mulheres na posição de cônjuges acabam reduzindo seu escopo de oportunidades de emprego, notadamente nas camadas mais pobres, no afã de conciliar encargos familiares e trabalho (ibidem, p. 90).

Logo, ao compararmos mulheres chefes de famílias monoparentais e mulheres na posição de cônjuges, aquelas em posição de chefia encontram-se em vantagem no mercado de trabalho, justamente por não serem tolhidas pela relação. Isto faz-nos pensar no que afirma Vitale (*apud* CARLOTO, 2005) sobre a associação entre monoparentalidade e pobreza e o estigma que se pode construir a partir disto ao sermos induzidos à ideia de que as mulheres são menos “capazes” de cuidar da família sem a presença de um homem. A autora relembra que um dos fatores que leva à monoparentalidade feminina pode ser justamente a maior independência das mulheres. Dessa forma, o vínculo entre a pobreza e a chefia feminina é complexo, visto que nem sempre a chefia feminina surge de condições de pauperização, mas pode ser devido “aos processos sociais que dão melhoria à posição relativa da mulher na sociedade; a decisão da mulher de permanecer sozinha; a migração familiar temporária para a otimização de oportunidades de trabalhos e pelo suporte da rede de parentesco ou ajuda do Estado.” (CARLOTO, 2005, p. 9-10).

Em suma, é possível concluirmos disto que as mulheres chefes de famílias monoparentais estão sim em desvantagem, no entanto, não por serem menos capazes do que os homens na posição de chefes de família, mas pelas desigualdades de gênero, classe e raça que fazem parte do mercado de trabalho e da sociedade em geral, bem como pela ausência de políticas públicas que auxiliem na desmercantilização das relações e na mitigação do caráter de gênero que perpassa ainda hoje a divisão dos papéis sociais. Dessa forma, fica mais claro entender por que Lavinás e Nicoll (2005) verificam que, em relação ao mercado de trabalho, as mulheres chefes de família estão em vantagem em relação às mulheres que se encontram na posição de cônjuge do chefe da família. Logicamente, esta vantagem não apaga todos os outros percalços pelos quais as mulheres chefes de famílias monoparentais têm de passar, como a discriminação no mercado de trabalho e a ausência do Estado.

Portanto, trazer esta face da monoparentalidade feminina é importante porque nos mostra como, de fato, se trata de um fenômeno muito complexo e que merece ser estudado cada vez mais a fundo. Não são poucos os obstáculos pelos quais passam as mulheres chefes de famílias monoparentais e, portanto, eles devem ser trazidos à luz para que possamos compreender e elaborar medidas que atuem na melhoria das condições de vida destas mulheres e de suas famílias.

Com efeito, no estudo realizado por Carlotto (2005), a pesquisadora observou que nos lares monoparentais femininos pesquisados, as mulheres não recebiam nenhum apoio do pai de seus filhos e que o número de crianças pequenas que precisavam de cuidado excedia àqueles oferecidos por serviços de Educação Infantil, fazendo com que as mulheres assumissem uma dupla jornada de trabalho, o que gerava sentimento de culpa e insuficiência por parte destas mulheres que não conseguiam se dedicar como gostariam aos cuidados dos filhos e ao trabalho. Assim, os fatores sociais que geram as situações de vulnerabilidade dessas mulheres e famílias acabam sendo ocultados por uma ideologia que coloca a culpa na vítima (BARROSO; BRUSCHINI *apud* CARLOTO, 2005). Trazemos mais este aspecto que constitui a vida das famílias monoparentais femininas para evidenciar a importância de uma rede de apoio que auxilie a mulher ao longo do percurso da monoparentalidade.

Neste sentido, a rede de apoio pode estar baseada em laços familiares, com o auxílio de avós, tias, irmãs, etc., e também em laços comunitários, com o auxílio de vizinhas, além, claro, de creches públicas e privadas e de serviços de cuidados infantis, como cuidadores profissionais de crianças. Na pesquisa feita por Almeida (2007), a autora cita que as mulheres da camada média entrevistadas possuíam uma rede social de apoio aos cuidados, algumas contando com o auxílio de familiares, outras de creches e de vizinhas. Contudo, segundo Vitale (*apud* CARLOTO, 2005) existe um limite na solidariedade familiar e um encolhimento da responsabilidade do Estado, ausente ante questões sociais no âmbito familiar. Ou seja, a situação das chefes de famílias monoparentais se agrava quando estas se encontram em condição de vulnerabilidade e não possuem recursos para fazer o uso de serviços de cuidados privados.

Apesar de não existir políticas consistentes voltadas às famílias monoparentais, Santana (2014) destaca o papel dos Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família que têm a mulher como a responsável. Ainda, devido à Pandemia do

SARS-CoV-2, atualmente temos o Auxílio Emergencial como um suporte financeiro do Governo Federal aos trabalhadores informais¹, que destinou em 2020 cota dupla para mulheres chefes de famílias monoparentais. Em 2021, uma parcela maior é destinada a estas mulheres em comparação aos outros beneficiários, no valor de R\$ 375,00. A ressalva feita diz respeito ao caráter residual e focalizado destas políticas sociais, incapazes de mudarem significativamente a realidade das famílias. Com efeito, ao tratar sobre a política social no século XXI, Álvares coloca que

as políticas sociais apresentam-se incapazes e ineficazes para atender a demanda populacional de miseráveis e excluídos, tornando-se, desse modo, focalistas, residuais e seletistas, ou seja, são orientadas por uma perspectiva de se atender somente a pobreza absoluta, limitando-se a ações minimalistas, pontuais e descontínuas, que excluem cidadãos que por direito deveriam ter acesso a recursos e benefícios (ÁLVARES, 2003, p. 54).

É neste sentido que Lavinhas e Nicoll (2006) afirmam que transferências de renda às famílias vulneráveis não são suficientes e, portanto, propõem a indispensabilidade do retorno de investimento público na escola de tempo integral e na ampliação da oferta de creches por parte das prefeituras, possibilitando o acesso à educação de qualidade e maior autonomia das mulheres com filhos na idade pré-escolar. Para os autores, “só a universalização do acesso e do padrão de qualidade dos serviços desmercantilizados são capazes de reduzir profunda e rapidamente os diferenciais de gênero e as desigualdades sociais no país” (LAVINHAS; NICOLL, 2006, p. 91). Desse modo,

o que falta ao Brasil é desenhar uma política universal de renda voltada para famílias com crianças, para atuar com efetividade na redução das vulnerabilidades e das desigualdades sociais. Estas atingem a todas as famílias em situação de insegurança socioeconômica, independente do sexo do chefe e do seu perfil (mono ou biparental) (LAVINHAS; NICOLL, 2006, p. 91).

Isto é, o Estado deveria se preocupar em criar políticas sociais universais e consistentes para o auxílio das famílias, fazendo com que a responsabilidade e o cuidado com as crianças deixassem de ser uma preocupação individual e passassem a ser uma preocupação social, realocando a pesada carga que está sobre a família, especialmente sobre a mulher, e socializando as tarefas de cuidado.

¹Informações retiradas do site oficial do Governo Federal. Disponível em: <https://auxilio.caixa.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2021.

Com isto, vimos que as famílias monoparentais não são um fenômeno recente, mas existem desde a colonização do Brasil. A diferença é que a partir do final do século XX, através de mudanças macro e microsociais, elas se tornaram cada vez mais expressivas e passaram a ser reconhecidas no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, este tipo de arranjo familiar ganha cada vez mais visibilidade e legitimidade, fazendo com que estudiosos e governos voltem seus olhos para os seus significados e implicações. Para tal, para que possamos compreender melhor o fenômeno da monoparentalidade e, quem sabe, proporcionarmos melhores condições de vida a estas famílias, é importante que suas particularidades de gênero, de raça/etnia e de classe sejam levadas em conta.

2 Mulheres e o mundo do trabalho

2.1 Gênero na Sociologia do Trabalho

A Sociologia do Trabalho nem sempre incorporou em seus estudos a dimensão de sexo, muito menos a de gênero. Os estudos sobre o trabalho surgiram nos Estados Unidos e na França tendo uma imagem homogeneizadora da classe trabalhadora - como se ela não fosse composta por diferentes atores, com diferentes vivências - e tendo como arquétipo a figura do operário industrial, homem e branco. Na Sociologia do Trabalho da América Latina, muito sensível às especificidades da própria região, não foi muito diferente. Ela surgiu sob influência do desenvolvimento teórico e metodológico das sociologias do trabalho norte-americana e europeia também tomando a classe trabalhadora de forma homogênea (LEITE, 2012).

No entanto, antes de avançarmos sobre a trajetória do tema, acreditamos ser importante enfatizar o impacto e as implicações que a introdução da categoria de sexo e de gênero causaram na disciplina como um todo. Assim, a afirmação de que a classe operária tem dois sexos foi de suma importância, pois, além de contrariar o uso corrente do tratamento masculino na linguagem, afirma que as práticas, as consciências, as representações, as condições de trabalho e de desemprego das trabalhadoras e dos trabalhadores são, na maioria das vezes, assimétricas, tornando impossível o raciocínio em termos de uma unidade da classe operária, sendo preciso a consideração do sexo social na análise (HIRATA; KERGOAT, 1994). Levando em conta que os estudos de gênero e trabalho no Brasil sofreram grande influência da sociologia francesa (NEVES, 2013), torna-se importante mencionarmos que a dimensão sexuada nas análises do trabalho na França está posta desde a década de 1970 e sua introdução e desenvolvimento representaram “a possibilidade de rupturas teóricas e epistemológicas maiores, notadamente com uma tradição da sociologia do trabalho francesa centrada sobre a figura arquetípica, universal, do operário da grande empresa industrial.” (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 39). Porém, não foi sem resistências e desafios que a categoria de sexo e, posteriormente, de relações sociais de sexo ou gênero foram introduzidas. Nesse sentido, Hirata e Kergoat colocam que inicialmente os trabalhos introduziram uma oposição binária, separando homens e mulheres, para fins somente de classificação de quem realizava o trabalho, mesmo que de forma paralela houvesse o avanço de um debate teórico que focalizava a

noção de opressão entre os sexos e que teorizava sobre essas relações. Com isso, as autoras concluem: “Tratava-se, portanto, nesse período, de estudar o trabalho de mulheres, mais que o trabalho segundo os sexos; de estudar notadamente o trabalho profissional e assalariado, mais que o trabalho doméstico enquanto trabalho ou a articulação trabalho e família.” (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 41).

Logo, segundo elas, foi somente ao longo dos anos 1970 e 1980 que, na França, foi se estruturando de forma progressiva uma orientação de pesquisa que deu conta dessa relação entre os sexos, e que houve a interpenetração dos domínios da sociologia do trabalho e da sociologia da família, antes separados. Esta interpenetração e a multiplicação dos estudos possibilitou uma extensão do conceito de trabalho e uma articulação entre esferas da produção e da reprodução. No entanto, nos estudos, a hierarquia entre os sexos estava implícita, porém, “[...] as categorias não formavam um sistema e seria apenas progressivamente que se imporia a necessidade de reconhecer e de conceitualizar a relação social que uniria essas categorias. É o que os franceses chamaram ‘relações sociais de sexo’” (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 43). Mediante o exposto, a relação social de sexo ou de gênero permitia escapar a uma bicategorização biologizante em machos e fêmeas, visto que esta relação

é caracterizada como transversal ao conjunto do sistema social, e por isso historicizável (ela se reproduz, mas conhece mudanças constantes), é uma relação de poder, de dominação; cada categoria não existe a não ser em relação a outra, elas se coconstroem incessantemente (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 44).

Portanto, o enfoque nas relações de gênero e nas representações de gênero acabou por ampliar ainda mais os estudos, lançando luz para além do mundo do trabalho de forma restrita e focalizando também a complexidade das relações sociais e de gênero. Pois, “[...] se a divisão sexual do trabalho é um conceito mais afeito ao terreno específico do trabalho, a categoria relações de gênero amplia a análise” (NEVES, 2013, p. 10), tendo em vista que incorpora também as construções históricas, culturais e os diferentes significados atribuídos às representações do feminino e do masculino. Nesse sentido, analisar o trabalho das mulheres não é uma tarefa que se centre apenas em verificar suas ocupações no mercado de trabalho, mas também implica pensar como suas vidas domésticas e familiares mediam suas atividades públicas (GUEDES; ARAÚJO, 2011).

Tendo em vista todos esses avanços, Neves (2013) coloca que assim constituiu-se um novo paradigma que passou a incluir a diferença entre os sexos e as relações de gênero na sociologia do trabalho, o que foi fundamental para a compreensão do trabalho não assalariado, não remunerado e não mercantil e do trabalho informal. Fazendo com que “o trabalho profissional e doméstico, a produção e reprodução, o regime salarial e família, a classe social e sexo social se [tornassem] categorias indissociáveis” (NEVES, 2013, p. 411).

Logo, após pontuarmos brevemente algumas das contribuições decorrentes da introdução das categorias de sexo e de gênero nos estudos sobre o trabalho e as mulheres, podemos retomar para a trajetória do tema aqui proposto.

Bruschini (1994), citando Elisabeth Souza Lobo, sustenta que a discussão do tema sobre o trabalho feminino, até a década de 1980, não fazia parte das preocupações da Sociologia do Trabalho do Brasil, focalizada nos estudos sobre a industrialização e uma classe operária homogênea, sendo apenas a partir dos anos 1980 que pesquisadores já com experiência no estudo do trabalho passaram a problematizar a divisão sexual do trabalho na fábrica, assim possibilitando o uso da categoria de gênero. Logo, a Sociologia do Trabalho “passa a incorporar questões como as diversas dinâmicas na configuração de postos masculinos e femininos e a não permutabilidade entre ambos” (BRUSCHINI, 1994, p. 22).

Entretanto, pensando nas Ciências Sociais de forma geral, Bruschini (1994) traz que a porta de entrada dos estudos sobre a mulher na academia brasileira foi justamente o tema do trabalho feminino. Segundo a autora, isso ocorreu porque o trabalho como temática sempre foi predominante na teoria sociológica, bem como era um tema com muita força dentro do feminismo, que via no trabalho feminino um potencial transformador, uma forma de emancipação das mulheres frente aos homens. O que aconteceu é que os estudos se dedicaram “[...] inicialmente a análises macrossociais da participação feminina no mercado de trabalho para só mais tarde incorporar a necessária articulação entre trabalho e família” (BRUSCHINI, 1994, p. 19). Dessa forma, a princípio, os estudos sobre o trabalho da mulher brasileira não levavam em conta o papel reprodutivo da mulher e todas as implicações que as relações de gênero têm sobre a inserção no mercado de trabalho. Portanto, foi necessário uma série de debates e avanços teóricos para que ocorresse a ampliação do conceito de trabalho e a introdução da categoria de gênero como paradigma de pesquisa. O que, como já mencionado, atingiu a Sociologia do Trabalho e fez com que

a disciplina revisasse suas teorias, métodos e epistemologias, para a necessária inserção da categoria de gênero nas análises.

Já no século XXI, fazendo um balanço da produção acadêmica sobre gênero e trabalho na Sociologia, Neves (2013) sustenta que os estudos se dividem em três frentes principais: I) dar visibilidade à presença feminina no mercado de trabalho e nas diferentes ocupações; II) suscitar a discussão sobre a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero, incluindo assim, as relações entre o espaço produtivo e reprodutivo, trabalho profissional e trabalho doméstico, trabalho informal, etc. E, por fim, III) refletir sobre as mudanças provocadas nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho e na família devido à globalização da economia e à reestruturação produtiva. Com isso, podemos observar que desde o surgimento desses estudos muitas mudanças, rupturas e inovações já foram feitas. O que verificamos é uma longa trajetória do tema na Sociologia, passando por diferentes fases e incorporações de conceitos e enfoques que ampliam cada vez mais a compreensão do mundo do trabalho e do mundo social como um todo. Atualmente, a dimensão de gênero não pode mais ser ignorada, pois já parece consolidada a noção de que a classe operária não é homogênea e não pode ser reduzida à experiência masculina.

2.2 O conceito de trabalho e algumas de suas transformações

Até o momento, a categoria trabalho foi muito mencionada e pouco definida. Portanto, esta seção visa fazer uma caracterização geral do significado do trabalho e o papel que ele passou a adquirir nas sociedades ocidentais.

Dessa forma, é comum a distinção entre trabalho no sentido antropológico e trabalho no sentido sociológico. Enquanto o trabalho no sentido antropológico se refere à atividade humana geral, transhistórica, isto é, à produção de bens e serviços necessários para a manutenção da vida, o trabalho no sentido sociológico diz respeito a suas formas históricas específicas que na modernidade se cristalizam nas relações de assalariamento, no trabalho assalariado (SILVA, 2008). O autor, citando a conhecida distinção feita por Hannah Arendt, coloca que o trabalho, na forma que conhecemos atualmente, se trata de uma invenção moderna que acabou por se generalizar somente com o advento do capitalismo industrial, isto é,

o trabalho que se tornou a base da sociedade industrial moderna é também um fenômeno moderno que tem como característica essencial o fato de ser uma atividade exercida na esfera pública, onde é definido e reconhecido por outros como uma atividade útil, fazendo jus a um pagamento na forma de salário (SILVA, 2008, p. 71).

Assim, diferentemente de uma concepção mais geral do trabalho humano, esta concepção adotada pela sociologia e que se tornou, desde os clássicos, uma categoria importante de análise, é delimitada no tempo e no espaço. O trabalho no sentido sociológico foi colocado na posição central da existência social e individual nas sociedades capitalistas, sendo visto como o fundamento da existência da sociedade, bem como sua essência e a sua finalidade última (GORZ, 2005). Assim, Gorz sustenta que o trabalho na forma como foi inventado pela modernidade é o fator mais importante da socialização, sendo “[...] pelo trabalho remunerado (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma profissão) [...]” (GORZ, 2005, p. 21), e é justamente por isso, segundo o autor, que a sociedade industrial pôde se perceber como uma “sociedade de trabalhadores”.

Castel (2000), tratando sobre as transformações da questão social, nos traz a caracterização do que ele chama de sociedade salarial e o conjunto de modificações que ocorreram em torno do trabalho mais recentemente. Assim, de acordo com ele, a grande inovação que ocorreu no fim do século XIX foi a transformação do trabalho em emprego, gerando uma forma de compromisso social que ligou uma série de proteções e direitos ao trabalho, resultando em uma sociedade salarial, vista como “sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade” (CASTEL, 2000, p. 243). No entanto, o autor argumenta que esta sociedade salarial, a partir do final do século XX, se encontra em uma nova situação, com novas condicionantes, que geram uma precarização do trabalho, isto é, que reduzem e enfraquecem os direitos sociais, colocando cada vez mais pessoas em situação de vulnerabilidade. Segundo ele, a sociedade salarial

vem sendo condicionada por processos tais como a internacionalização do mercado, a mundialização, as exigências crescentes da concorrência e da competitividade, passando o trabalho a ser o alvo principal de dois tipos de redução de custos. Trata-se de minimizar o preço da força de trabalho e, ao mesmo tempo, maximizar sua eficácia produtiva (CASTEL, 2000, p. 247).

Assim, pensando nas mudanças no mundo do trabalho e no paradigma produtivo, do fordismo-taylorismo à acumulação flexível, Harvey (2004) coloca que o período de 1965 a 1973 evidenciou ainda mais a incapacidade do fordismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. De maneira sintética, para o autor, o compromisso fordista entre o grande trabalho e o grande governo foi solapado pela profunda recessão de 1973, agravada pelo choque do petróleo, que colocou em movimento uma série de processos, culminando, nas décadas de 1970 e 1980, em um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. Em contraposição ao modelo de organização da produção e do trabalho fordista, marcado pela rigidez, hierarquia funcional, integração vertical, automação, especialização, etc., o modelo de acumulação flexível entra em confronto direto com estas características. A acumulação flexível “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 2004, p. 140). Dessa forma, vemos o “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2004, p. 140). Com isso, vemos uma mudança tecnológica, que passa pela automação microeletrônica, junto a uma busca por novas linhas de produtos e nichos de mercado, mais o aumento de novas formas de contratação, que implicam na redução do emprego regular, em níveis relativamente altos de desemprego “estrutural”, no retrocesso do poder sindical e em contratos de trabalho mais flexíveis. A flexibilidade nos mercados de trabalho passa pelo crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2004).

Também enfatizando as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, principalmente no final do século XX, Bendassolli (2007) propõe uma leitura em outros termos. Ele trata sobre o significado do trabalho na era pós-moderna e sustenta tanto o seu enfraquecimento institucional, como o seu enfraquecimento subjetivo. Ao se referir ao enfraquecimento institucional do trabalho, o autor cita a mudança da produção em massa, regida pelos princípios do fordismo-taylorismo, para a produção em estruturas organizacionais descentralizadas e fragmentadas que passaram a operar em escala planetária; a mudança na forma de geração de riqueza, onde a produção de bens tangíveis é, de forma progressiva, substituída pela produção de bens intangíveis, tendo o setor de serviços como principal representante; e a

ascensão de novos arranjos de trabalho, como o trabalho de tipo autônomo-informal, empregos temporários, o crescimento das formas de subemprego e uma maior flexibilização geral do emprego. Portanto, de forma resumida, nas palavras do próprio autor,

o aspecto convergente nessas transformações é a desinstitucionalização das estruturas tipicamente modernas do trabalho. Sobretudo a partir do início da década de 1970, os movimentos de desburocratização insistem na desmontagem e no desarranjo das antigas burocracias produtivas” (BENDASSOLLI, 2007, p. 21).

O outro lado desse fenômeno, é o enfraquecimento subjetivo do trabalho em sua versão moderna. Segundo o autor, sob a influência do discurso pós-moderno, o sentido dado ao trabalho passou por uma diminuição progressiva da sua importância na definição das identidades dos indivíduos, até porque a própria noção de identidade foi deslocada e fragmentada. Assim, “é como se o trabalho deixasse de ser a única objetivação possível para o ser, sua única - ou mais privilegiada – forma de revelação” (BENDASSOLLI, 2007, p. 22).

Para reforçar seu ponto de vista, Bendassolli considera o trabalho à luz de uma perspectiva histórica e observa que o seu sentido e valor diferem ao longo da tradição ocidental. Assim,

a elevação do trabalho como categoria objetiva e subjetiva chave fez com que os indivíduos, em certo momento da história, precisamente na sociedade industrial que vigorou até pelo menos metade do século passado, o considerassem como um referente importante - senão o principal - para a definição de suas identidades. Isso ocorria porque um arranjo institucional, econômico, social e até epistemológico (do qual a teoria marxista é o exemplo mais notável) dava ao trabalho um *status* dominante (BENDASSOLLI, 2007, p. 24).

Logo, o autor defende que a partir do enfraquecimento ou desmontagem dessa posição central do trabalho, mais a crítica pós-moderna à noção de identidade, o que ocorre é um enfraquecimento do trabalho na definição da identidade dos sujeitos. No entanto, é importante mencionarmos que Bendassolli não afirma o fim do trabalho ou a morte deste, mas sustenta que estamos vivenciando um paradoxo, pois fomos levados a esperar mais do que o trabalho é capaz de nos oferecer hoje em dia. Portanto, o autor enfatiza o caráter ambíguo adquirido pelo trabalho na contemporaneidade, sem negligenciar a longa tradição ocidental que “tornou o trabalho umas das principais vigas de sustentação das sociedades burguesas e

também [...] da imagem que fazemos de nós mesmos como sujeitos humanos” (BENDASSOLLI, 2007, p. 26). O que vem ocorrendo, portanto, é uma forte ambiguidade e uma insegurança ontológica na relação com o trabalho no sentido sociológico do termo, visto seu enfraquecimento tanto institucional quanto subjetivo.

Seguindo uma linha semelhante de análise, Sorj (2000) afirma que a proposição de que o trabalho constitui a principal referência para determinar os direitos e deveres dos indivíduos, bem como os padrões de identidade e sociabilidade, interesses, modelos de família, etc., vem sendo amplamente revista. No entanto, assim como Bendassolli, a autora não diagnostica o fim do trabalho, pois, embora assuma uma pluralidade de formas, o trabalho continua a ser um importante determinante das condições de vida dos indivíduos.

Isto porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho no mercado. Mais ainda, como veremos adiante, sua presença tem invadido de tal forma diferentes esferas da vida que temos, hoje, grandes dificuldades em estabelecer as fronteiras que separam o âmbito do trabalho do não-trabalho (SORJ, 2000, p. 26).

Em suma, Sorj reafirma a importância que o trabalho ainda exerce em nossas vidas, porém, também reconhece que ocorreram transformações profundas nessa área, o que necessariamente significa uma revisão da forma como foi construído o objeto da Sociologia do Trabalho. Assim, segundo a autora, partindo da ideia de que a economia se constituía como uma esfera separada – com uma racionalidade própria, alheia ao mundo doméstico e ao restante do social - e determinante do sistema social, o campo de pesquisa favorito da Sociologia do Trabalho foi o trabalho remunerado ou o trabalho assalariado, em tempo integral, particularmente na grande indústria, fazendo com que a disciplina sustentasse um “consenso ortodoxo” sobre o significado e a posição do trabalho nas sociedades ocidentais; consenso este que passa por uma desestabilização. Ao afirmar tal posição, a autora cita pelo menos dois fenômenos que contribuíram para esta desestabilização:

[1] as contribuições dos estudos de gênero, que contestam tanto os limites daquilo que se considera trabalho, como a visão de que a esfera econômica possa ser tratada de maneira autônoma das demais esferas da vida, e [2] as recentes mudanças nas relações de trabalho denominadas por alguns de pós-fordismo, acumulação flexível ou sociedade pós-industrial, que vêm deslocando a figura do trabalhador masculino em tempo integral na indústria como o arquétipo das sociedades contemporâneas (SORJ, 2000, p. 28).

Com isso, como já mencionamos, a introdução da categoria de gênero questiona o sentido restrito dado ao trabalho e abre um leque de possibilidades aos estudos, visto que “[...] a posição diferencial de homens e mulheres no espaço doméstico é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários” (SORJ, 2000, p. 28-29). Portanto, a economia deixa de ser uma variável isolada e determinante e o caráter cultural, social e histórico do trabalho passa a ser mais intensamente enfatizado. Além disso, em relação ao segundo fenômeno, a autora sublinha o aumento da produção de bens especializados por operários inseridos em fábricas que empregam consideravelmente menos funcionários e que aumentam cada vez mais o uso de tecnologias altamente informatizadas. Ainda, a autora menciona a alteração que ocorre também na organização espacial da produção, visto que as empresas operam cada vez mais em escala mundial e possuem grande mobilidade entre países e/ou regiões. Para finalizar, a autora também traz que

Outras mudanças relacionadas a estas também são evidentes, embora o ritmo de sua implantação varie de país para país: o crescimento significativo do emprego autônomo; o aumento das formas atípicas de emprego, como o trabalho temporário, em tempo parcial e a domicílio; a acelerada expansão de pequenas empresas, tanto no setor industrial como no de serviços; o declínio significativo do emprego mesmo nas grandes empresas multinacionais; a forte tendência ao desmembramento de grandes empresas em pequenas unidades produtivas descentralizadas; o crescimento de novas formas de propriedade, como o *franchising*, ou de novos arranjos produtivos como a subcontratação (SORJ, 2000, p. 29).

Mediante o exposto, o que podemos verificar é justamente uma ampliação do conceito de trabalho, que passa a englobar outras esferas da vida social e não só a econômica, bem como um mundo do trabalho remunerado muito diferente daquele em que o trabalhador da indústria, com contrato de trabalho integral, por tempo indeterminado e com um conjunto de direitos, era seu arquétipo. Agora, diferentemente, nos defrontamos com um modelo de produção flexível, em que os contratos de trabalho estão cada vez mais flexibilizados, com o crescimento do setor de bens intangíveis e legislações trabalhistas que protegem cada vez menos os trabalhadores, afetando as formas de identificação e também as formas de controle do trabalho.

2.3 O trabalho feminino remunerado e não remunerado

Agora que já abordamos o conceito de trabalho e algumas de suas transformações, nos parece pertinente traçarmos de forma concisa a inserção das mulheres no mundo do trabalho remunerado e também as conexões deste com o trabalho não remunerado. Com isso, é válido lembrar que os estudos sobre o trabalho da mulher ganharam novos rumos a partir da articulação entre o espaço produtivo e o espaço reprodutivo, "pois, para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pela articulação, seja pela superposição, tanto no meio urbano quanto no rural" (BRUSCHINI, 2007, p. 542).

Pensando na inserção das mulheres no mundo do trabalho remunerado/produtivo, Daniel (2011) enfatiza não ser este um fenômeno recente no Brasil, visto que a mão de obra feminina ter sido amplamente utilizada desde os primeiros anos de industrialização durante o século XIX, período em que ocorreu a instalação das primeiras indústrias de substituição de importações. Segundo a autora,

As opções de trabalho para as mulheres eram limitadas por sua classe social: as ex-escravas se dedicavam à prestação de serviços pessoais e domésticos; as mulheres da classe média optavam entre ser professora primária, enfermeira ou parteira; já as mulheres pobres se dirigiram às indústrias (DANIEL, 2011, p. 330).

Assim, não podemos esquecer que a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado é marcada por desigualdades de classe. Contudo, pensando na presença das mulheres no setor clássico da indústria, nas primeiras décadas do século XX, com a implantação de novas máquinas e a expansão industrial, o que ocorre é um movimento contrário, ou seja, uma diminuição na oferta de trabalho para as mulheres, visto o novo maquinário exigir um maior conhecimento técnico e as mulheres serem consideradas incapazes para tais atividades devido à baixa escolaridade (DANIEL, 2011). Assim, de acordo com a autora,

A mão-de-obra feminina foi preterida em favor do trabalho de homens, sobretudo imigrantes, considerados mais especializados e qualificados. [...] as mulheres, repelidas das oportunidades de qualificação, permaneceram nos postos de trabalho menos qualificados, onde recebiam menores salários, que por sua vez, eram justificados por sua baixa escolaridade (DANIEL, 2011, p. 331).

No entanto, a autora ressalta que as mulheres não deixaram por completo o trabalho nas fábricas, elas continuaram majoritárias em alguns ramos industriais, como na indústria de confecção, na indústria têxtil, e nas de alimentos e de bebidas. O que aconteceu, principalmente, foi um confinamento das mulheres em atividades consideradas menos qualificadas e, por isso, mais precarizadas. Nas palavras de Guiraldelli (2012, p. 709-710):

Adotar o trabalho feminino em alguns ramos industriais era conveniente, em decorrência da concepção de serem as mulheres mais dóceis, pacientes, menos reivindicativas, além do pagamento de salários inferiores, por significar um rendimento complementar ao orçamento familiar.

Neste ponto, fica evidente o que pontua Daniel (2011) sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho remunerado: segundo ela, a inserção não significa uma automática transformação dos atributos considerados naturais a cada sexo e dos papéis sociais tradicionalmente relacionados ao feminino e ao masculino, pelo contrário: “Sendo parte da sociedade, no mundo do trabalho são reproduzidas categorias e classificações que se estruturam numa divisão sexual de atributos, habilidades e do trabalho” (DANIEL, 2011, p. 330). Tudo isto vai impactar desde a escolha da futura ocupação até a dinâmica dentro da atividade exercida pelo/a trabalhador/a.

De forma resumida, o que vimos até aqui demonstra como a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero, através da naturalização de determinados atributos como masculinos ou femininos, impactam a inserção da mulher no mercado de trabalho e as excluem de ocupações bem remuneradas e com prestígio social.

É a partir das décadas finais do século XX que as condições das mulheres no mercado de trabalho passam a mudar. Assim, em estudo realizado por Bruschini (2007), a autora menciona os principais aspectos que influenciaram essa mudança: segundo ela, o Brasil passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais nas últimas décadas do milênio passado. Em relação às mudanças demográficas, a autora cita a queda da fecundidade, a redução do tamanho das famílias, o envelhecimento da população, tendo a população feminina maior expectativa de vida ao nascer e assim gerando a sobrepresença feminina na população idosa, e, por fim, o crescimento acentuado de arranjos familiares chefiados por mulheres. Já em relação às mudanças nos padrões culturais e nos papéis sociais,

a identidade feminina, como já vimos, sofreu transformações e passou a ser cada vez mais voltada para o trabalho remunerado, além disso, houve uma expansão da escolaridade e do ingresso das mulheres nas universidades, o que viabilizou o acesso a novas oportunidades de trabalho.

Ademais, a autora ainda traça um panorama da situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no período de 1990 a 2005. Com isso, ela verifica tendências quase opostas:

De um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que tem ocorrido desde a metade dos anos 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do trabalho feminino; de um lado a conquista de bons empregos, o acesso a carreiras e profissões de prestígio e a cargos de gerência e mesmo diretoria, por parte de mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais.

Em relação ao perfil das trabalhadoras, de um lado elas se tornam mais velhas, casadas e mães – o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família –, de outro, permanecem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares – o que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados (BRUSCHINI, 2007, p. 538).

Portanto, podemos observar como a situação das mulheres no mercado de trabalho é marcada por descontinuidades e permanências. Além do mais, em estudo que questiona como e se a reestruturação produtiva transformou a divisão sexual do trabalho, Araújo (2007) aponta que o processo de reestruturação produtiva tem uma nítida dimensão de gênero, que gera efeitos perversos, desiguais e excludentes de forma mais intensiva às mulheres. De acordo com a autora, embora os valores culturais e os papéis atribuídos às mulheres tenham mudado, possibilitando o crescimento da participação das mulheres no trabalho extra-doméstico, “as desigualdades sociais no mercado de trabalho, no emprego e nas relações salariais parecem ter se ampliado sob o impacto das políticas de flexibilização e dos novos métodos de gestão do trabalho e da produção” (ARAÚJO, 2007, p. 3).

Logo, podemos observar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho sempre foi marcada pelo caráter de gênero, que se mantém até hoje. Assim, a despeito dos avanços observados, as mulheres ainda ocupam posições mais vulneráveis no mercado de trabalho e junto a isso acumulam afazeres domésticos, pois elas ainda são as principais responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos.

3 Famílias monoparentais femininas pelotenses: o que as mulheres têm a dizer?

3.1 Um olhar qualitativo: na busca por significados e articulações

Nesta seção, reservamos um espaço para tratar acerca dos procedimentos metodológicos que fizeram parte da pesquisa. Desse modo, primeiro, torna-se pertinente ressaltar o caráter qualitativo da pesquisa, visto que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21-22). Portanto, levando em conta o espaço ocupado pela maternidade na identidade feminina e suas diversas manifestações, bem como o lugar elevado adquirido pelo trabalho nas nossas sociedades, a pesquisa buscou justamente apreender os principais significados mobilizados sobre o tema, a fim de compreender como as duas esferas se articulam e são significadas.

Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as temáticas e, posteriormente, entrevistas semiestruturadas. O recorte empírico da pesquisa se deu em torno de famílias monoparentais femininas residentes no município de Pelotas, localizado na região sul do Rio Grande do Sul. A amostra da pesquisa se constituiu de duas formas: primeiro, com a divulgação da pesquisa no grupo “UFPeI” no Facebook, no qual fazem parte discentes, docentes e funcionários da Universidade Federal de Pelotas, e onde algumas mulheres se dispuseram a participar da pesquisa; e, segundo, a partir da técnica de bola de neve, isto é, a partir da indicação de outras mulheres através das primeiras voluntárias do estudo. Assim, no total, oito mulheres, chefes de famílias monoparentais femininas, constituíram a amostra e participaram das entrevistas.

Em relação ao perfil das entrevistadas, a amostra conta com mulheres em idades entre 25 e 53 anos, variando entre 1 e 2 o número de filhos, que possuem entre 3 e 29 anos. Todas solteiras ou divorciadas. Além disso, todas as mulheres possuem o ensino médio completo, sendo a metade delas graduandas de algum curso superior, enquanto uma delas cursa a pós-graduação no nível de mestrado. Já em relação à renda, a média salarial variou de um salário-mínimo e meio a cinco mil reais por mês.

A atividade remunerada exercida passou por engenharia, trabalho no comércio, como vendedora de loja, pelo serviço público municipal, por estágio na área do ensino, por serviços na área da alimentação, como garçoneiro, por serviços de beleza e estética, como maquiadora, manicure, cabelereira e tatuadora. Por fim, também é importante mencionar que a maioria se autodeclarou branca, enquanto duas se declararam pardas e uma preta.

As entrevistas foram realizadas de forma remota, através da plataforma *Jitsi Meet*, gravadas com a autorização das entrevistadas e com a garantia de sigilo e privacidade quanto a suas identidades. Portanto, todos os nomes citados são fictícios. A escolha por realizar as entrevistas de forma online ocorreu devido à Pandemia de Covid-19, assim diminuindo os eventuais riscos de transmissão e contágio, e também pela maior flexibilidade de horários possibilitada pela modalidade remota. Além disso, como instrumento de pesquisa, foi utilizado um roteiro¹ para a realização das entrevistas, este com apenas uma questão ampla e inicial com o intuito de dar início à fala das participantes, e com alguns tópicos abordando os principais pontos da pesquisa, a fim de pontuar as questões importantes, mas sem limitar a fala das mulheres, que foram incentivadas a falar o mais livremente possível.

Por fim, após a transcrição das entrevistas, o material coletado foi analisado a partir da análise do discurso, levando em conta que ela se preocupa com a compreensão dos sentidos manifestados através do discurso, assim, “o analista ao utilizar a AD fará uma leitura do texto enfocando a posição discursiva do sujeito, legitimada socialmente pela união do social, da história e da ideologia, produzindo sentidos” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 684).

Dessa forma, a partir do *corpus* empírico construído através das entrevistas realizadas, o material analisado foi agrupado em alguns eixos temáticos, em torno dos quais os sentidos gravitaram. Portanto, os principais sentidos apreendidos são representados por trechos ou recortes discursivos² que se inserem e exemplificam os eixos temáticos. Assim, foi a partir deste tratamento do material produzido que a análise ocorreu e trouxe os resultados apresentados a seguir.

3.2 O ser mãe e o ser trabalhadora: como acontece na prática?

¹Modelo do roteiro utilizado encontra-se no Apêndice A.

²Todos os trechos/recortes discursivos a seguir foram retirados das transcrições das entrevistas realizadas.

A partir do material coletado e analisado, foi possível a apreensão de alguns eixos temáticos presentes no discurso das entrevistadas. Levando em conta os recortes estabelecidos para a pesquisa, aqui trataremos dos seguintes eixos: ser mãe e a maternidade, trabalho remunerado e monoparentalidade.

3.2.1 Ser mãe e a maternidade

A maternidade foi significada majoritariamente como inata à mulher, isto é, como parte de uma natureza feminina, que está intrinsecamente ligada aos cuidados e à renúncia de si perante os filhos. O ser mãe, além de ser composto por características como o amor, o zelo e o cuidado direcionado aos filhos, também significou uma anulação das próprias vontades e a colocação do filho em primeiro plano. Assim, para Fabiana, mulher de 40 anos, com filhos de 15 e 21 anos, divorciada, cursando o ensino superior e vendedora de loja:

[Ser mãe é] zelar muito pelos meus filhos, pela qualidade de vida, pela educação deles... carinho, dar muito carinho, muito amor. E pensar neles em primeiro lugar, em tudo, sabe? Eu sempre pensei neles... dar muito carinho, educação, não deixar faltar nada do que eles precisam para ter uma vida digna. É primeiro eles, depois eu.

Para Eduarda, mulher de 34 anos, com uma filha de 10 anos, divorciada, ensino médio completo e manicure:

É uma renúncia, né. Porque tu te esquece de ti como ser humano e tu vive em função da criança [...] E aí tu trabalha o dia todo, tu te sacrifica, tu chega em casa cansada, e nem passa pela tua cabeça de fazer alguma coisa extra, como ir numa academia, como ir numa festa, como fazer alguma coisa legal. Tipo, a gente vive assim ó, em função da criança mesmo, sabe? Tipo, eu terminava as coisas que eu tinha para fazer em Pelotas, a minha mãe morava no Capão do Leão, então todos os dias eu viajava, né, de Pelotas para o Capão do Leão e corria para casa, para conseguir dar uma atenção para ela.

Para Marta, mulher de 30 anos, com um filho de 5 anos, solteira, cursando o ensino superior e estagiária em uma escola:

Eu acho que a tomada de responsabilidade é totalmente diferente. Na mulher, parece que é inata, né. E no momento que ela vira mãe ela renasce, dá um estalo e ela consegue vivenciar a maternidade de um jeito que o pai nunca vai vivenciar a paternidade. São poucos pais que conseguem se anular para as coisas. Acho que quando tu vira mãe, tu te anula para muita coisa, sabe? Tu te deixa de lado, tu pondera e o pai não toma essa consciência, não tem esse tipo de consciência [...] O que a gente perde no processo de tornar-se

mãe é muito grande. A gente se anula, a gente se deixa de lado em muitas situações, se acha incapaz de muita coisa, se negligencia pra muita coisa, sabe? Acho que mãe é sinônimo de renúncia. Não vejo outra palavra que seja tão justa para falar como 'renúncia'. Porque quando tu vira mãe, tu te anula, tu deixa qualquer coisa de ti. Tu não pensa só em ti, não é mais só tu.

Por outro lado, uma participante, a mais jovem, destacou o caráter construído da maternidade, negando a ideia de uma natureza feminina. Para Márcia, mulher de 25 anos, com uma filha de 3 anos, solteira, ensino médio e técnico completo e tatuadora:

Eu digo que eu faço a minha parte, eu cumprio com o meu dever de mãe, que me dispus a fazer, né. Poderia não cumprir também, porque sou uma pessoa, poderia simplesmente desistir disso e seguir minha vida normalmente. Alguém teria que fazer o trabalho por mim, só que não, eu decidi que ia ter uma filha, eu decidi que ia ser mãe, que eu ia viver essa vida, essa nova realidade, e me modifiquei para essa nova realidade. Eu não nasci assim, eu não virei uma mãe assim do nada, ninguém vira. Não nasce um bebê e nasce uma mãe, eu não acredito nisso. Eu acho que tu te modifica para encaixar uma realidade diferente na tua vida e tu tem que estar disposta a isso. Se tu não tá disposta, fica tudo muito mais difícil, porque é muito difícil.

Portanto, assim como em Caixeta e Barbato (2004) que verificam a ampliação do papel feminino, mas também uma continuidade das antigas exigências às mulheres, podemos verificar como ser mãe ainda abriga grande peso na constituição da identidade dessas mulheres, que veem suas vidas totalmente voltadas para a criação dos filhos e acabam se colocando em segundo plano. No entanto, também já conseguimos perceber um movimento de descolamento entre ser mulher e ser mãe, onde ser mãe pôde se tratar de uma escolha, significando uma ampliação do papel feminino para além da maternidade. Para a entrevistada mais jovem, não ser mãe se apresenta como uma possibilidade para a mulher, e outras esferas da vida, como veremos mais para frente, passam a ser essenciais para a constituição da identidade feminina.

Além do significado dado à maternidade encontrado nos discursos, também podemos verificar o papel e o espaço ocupado pelo pai. Para a grande maioria das entrevistadas, a ausência do pai da(s) criança(s) é marcante, tanto financeiramente quanto emocionalmente. Apenas uma delas contava com o recebimento oficial de pensão, enquanto outras recebiam alguma "ajuda", com valor muito abaixo do necessário para o sustento dos filhos, ou de fato não recebiam nenhuma contribuição paterna. Um ponto interessante a se notar, é a ausência dos pais até mesmo naquelas gestações que foram planejadas. Quanto a isso, a amostra de mulheres ficou dividida,

enquanto metade foi surpreendida pela gravidez e acabou aceitando-a, a outra metade desejava ter filhos naquele momento e planejou a concepção. Assim, em um dos casos inclusive foi feito um tratamento para que a gravidez pudesse ocorrer, mas quatro meses após o nascimento do filho, o pai da criança optou por ir embora e não participar da criação. Nos seguintes trechos podemos ver como o pai aparece na dinâmica da criação do/a filho/a para as diferentes mulheres, assim, para Elena, mulher de 53 anos, com filhos de 18 e 29 anos, solteira, ensino superior completo e servidora municipal:

Eu cheguei à conclusão que para ajudar o meu filho, era melhor que o pai fosse embora, com o pai dentro de casa era um terror [...]. Assim, o pai dele tentou sair da responsabilidade dele de pai, né. Ele chegou até a me dizer assim, depois que a gente se separou, 'ah, procura um outro pai para ele'. E eu disse 'não, meu velho. Tu vai pagar pensão e tu vai ajudar a criar teu filho. Um final de semana sim e outro não, eu tô levando ele lá e tu vai ficar com ele. Ele é teu filho, não é de mais ninguém'. Então assim, eu tive vários problemas nessa época.

Para Tamires, mulher de 26 anos, com uma filha de 6 anos, solteira, ensino médio completo, garçoneiro e maquiadora:

Agora ele tá bem mais presente, mas teve uma época em que ele andou bem afastado, então ele meio que perdeu um pouco desse direito de querer controlar, mandar ou dar qualquer opinião... e ele também nem se importa que eu decida as coisas, para ele não tem muito problema isso [...] E ele ainda ameaçou meio que abandonar ela, né [a filha]. Aí eu fiquei muito, muito brava, porque eu sou muito brava, né. Mas agora ele se acalmou, acho que ele botou a cabeça no lugar, porque filho é para sempre, não adianta se tu vai ter outro ou não. Mas tem esse ciclo de chantagem dele, de não querer ficar com ela, de eu ter que ficar procurando, aí ele me chama de louca.

Para Márcia, mulher de 25 anos, com uma filha de 3 anos, solteira, ensino médio e técnico completo e tatuadora:

[...] mas eu acho que a relação deles é bem limitada, na verdade. Tem um pouco de contato, mas é "oi" e "tchau", presentinho, chocolatinho...

Para Marta, mulher de 30 anos, com um filho de 5 anos, solteira, cursando o ensino superior e estagiária em uma escola:

[falando sobre o processo de buscar a pensão alimentícia] eu acho que eu não deveria ter que chegar nesse extremo de eu ter que ir lá e ele ser preso ou ter que tirar algum bem dele, para que ele tenha consciência do que ele tem que fazer.

Para Eduarda, mulher de 34 anos, com uma filha de 10 anos, divorciada, ensino médio completo e manicure:

Nunca, nenhuma participação. Nada, zero [...] eu me vi lá separada do pai dela, me obriguei a me separar porque ele começou a usar droga. Amava ele, mas não podia criar uma criança naquele clima, né, de briga e tal.

Logo, além de dinâmicas abusivas nos relacionamentos, a maioria das mulheres também teve que enfrentar a ausência total ou parcial dos pais das crianças, que não passaram pelo processo de renúncia e anulação vivenciado por elas. Isto nos aponta para os típicos papéis de gênero que atribuem à natureza da mulher o ser mãe e a dedicação à casa e aos filhos, enquanto ao homem é atribuído o papel de provedor e protetor da família, mas que nesses casos, onde ocorre o fim da relação conjugal, o homem abre mão inclusive do seu papel de pai, não se vendo responsável pela criança em questão.

3.2.2 Trabalho remunerado

Passando para o segundo eixo temático que compõe a análise, o *trabalho remunerado* recebeu três sentidos principais: 1) como uma forma de prover os meios necessários para a sobrevivência, ou seja, como uma necessidade material; 2) como uma forma de realização pessoal, onde o trabalho remunerado satisfaz mais do que a necessidade material, mas também traz prazer; e 3) como uma forma de adquirir independência, fator considerado importante. Porém, de forma acentuada, o primeiro sentido foi o mais mencionado. Poucas entrevistadas enfatizaram o lado prazeroso e a satisfação pessoal advinda do trabalho remunerado. Para Fabiana, mulher de 40 anos, com filhos de 15 e 21 anos, divorciada, cursando o ensino superior e vendedora de loja:

Naquela época, o meu ex-marido falava muito que eu precisava trabalhar, porque não tava fácil pra ele sozinho, então eu me sentia meio inútil em não ajudar. Às vezes ele falava: 'ah, qualquer um consegue emprego e tu não'. Era muito horrível isso, aí eu me senti na obrigação de trabalhar também, para ajudar em casa. Mas, se eu pudesse, eu queria ter ficado mais tempo em casa com o meu filho [...] no final, acabei entrando pra um trabalho e acabei gostando. Eu acho que a gente precisa ser independente, eu acho que a mulher não tem que tá dependendo do homem para nada. Não vou dizer que eu amo trabalhar onde eu trabalho, mas eu me sinto orgulhosa de ter

vencido e de não depender de ninguém para nada, porque eu sou independente, totalmente.

Para Eduarda, mulher de 34 anos, com uma filha de 10 anos, divorciada, ensino médio completo e manicure:

Eu já fazia unhas antes de engravidar dela, e aí depois com gravidez, eu parei. Aí eu fiquei dependendo dele só. Depois quando ela fez um aninho... quando ela tava com uns dez meses mais ou menos, eu comecei a trabalhar de novo [...] eu queria ter mais condições de dar coisas para ela, de fazer a festa de 1 aninho dela, e aí foi isso que me motivou a voltar a trabalhar.

Para Elena, mulher de 53 anos, com filhos de 18 e 29 anos, solteira, ensino superior completo e servidora municipal:

Só que depois que eu comecei, que eu firmei mesmo o namoro - na verdade, eu até noivei com 16 anos - aí ele disse que preferia que eu não trabalhasse. Então ele trabalhava e eu ficava em casa. Só que isso aí acabou me deixando muito dependente dele. Porque eu sempre estudei, né. Graças a Deus eu sempre fui e estudei. Só que assim, até o meu material escolar, tudo era ele que comprava. Eu dependia dele para pagar uma passagem, dependia dele para comprar meu material, dependia para tudo, tudo, tudo. E isso aí já tava me cansando já. Só que aí veio a gravidez, né [...]. Eu acabei me separando do pai da criança, na época. E aí eu resolvi ir para o mercado de trabalho, até por necessidades também, porque eu me separei. Eu disse 'não, agora eu vou seguir minha vida sozinha e com meu filho'.

A partir dos excertos destacados podemos notar como em alguns casos a entrada no mercado de trabalho aconteceu como uma forma de complementar a renda familiar, mas que após o fim das relações acabou se tornando indispensável, por conta da necessidade do sustento próprio e do(s) filho(s). Além disso, garantir o próprio sustento material passou a ser muito valorizado devido à independência trazida pelo dinheiro próprio. Dessa forma, a inserção no mercado de trabalho, mesmo que a princípio como uma forma de gerar uma renda complementar ou contra a vontade de algumas mulheres, acabou se tornando uma experiência que as possibilitou maior liberdade e que se tornou indispensável para elas ao longo do tempo, virando um pilar importante na constituição da identidade destas mulheres. Assim, Bruschini (*apud* ALBERTUNI; STENGEL, 2016) enfatiza a mudança simbólica no significado do trabalho para as mulheres, antes caracterizado, principalmente, como uma forma de renda complementar, agora se constituindo como um valor e um desejo por autonomia. Com isso, podemos pensar na coexistência entre papéis de gênero tradicionais, visto a associação feita por estas mulheres entre a maternidade e uma

suposta natureza feminina, e os novos papéis adquiridos, que passam pela conquista dos espaços públicos e pela maior independência proporcionada pelo trabalho remunerado.

Ademais, como dito, o trabalho remunerado também foi significado como uma forma de realização pessoal, o que reforça a ideia de que agora o trabalho passa a integrar a identidade feminina, percebemos isto mais claramente nos seguintes trechos:

Trecho da fala de Márcia, mulher de 25 anos, com uma filha de 3 anos, solteira, ensino médio e técnico completo e tatuadora:

Ai, não é um trabalho, né. A gente chama de trabalho porque é remunerado, paga as minhas contas, mas assim, eu não consigo me imaginar fazendo outra coisa na vida [...]. Eu gosto muito de estar aqui, eu gosto muito de estar fazendo isso. É um conforto assim, é um abraço.

Trecho da fala de Marta, mulher de 30 anos, solteira, cursando o ensino superior e estagiária em uma escola:

Então por mais que em casa eu tenha os meus afazeres, eu tenho os cuidados com o meu filho e tudo mais, esse tempo que eu fiquei sem trabalhar, eu senti como se faltasse alguma coisa. Eu vejo o trabalho como uma coisa que me ajuda a descobrir coisas que eu não sei [...]. Eu acho que esse espaço do trabalho, na vida, não é só uma coisa que vai te cansar... pra ter um dinheiro no fim do mês. É para além da necessidade financeira, é uma coisa que te abre horizontes, que te exercita a cabeça. Um trabalho fora assim, ajuda a edificar a tua vivência.

Trecho da fala de Andressa, 40 anos, com filhas de 5 e 8 anos, solteira, cursando mestrado e engenheira:

Eu acho [a profissão] tão importante quanto o resto, tanto que eu não parei de estudar, não tem um momento em que eu não esteja me qualificando, sem que eu esteja buscando um minicurso, um livro ou alguma coisa.

Outro aspecto que emerge no discurso das participantes quando o assunto é o trabalho remunerado diz respeito às dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho pelo fato de serem mães. Em suma, as mulheres relataram como o tratamento muda após a descoberta da presença de filhos e também como em seus estudos e empregos sempre tiveram de se esforçar de forma dobrada para mostrar que eram capazes e merecedoras do emprego e das oportunidades. Para Tamires, mulher de

26 anos, com filha de 6 anos, solteira, ensino médio completa, garçonete e maquiadora:

E às vezes a gente acaba perdendo as oportunidades por ter filho, sabia? Isso aí acontece, tem esse preconceito também, que eles não gostam que a criança adoça e etc., tem um monte de problemas que a gente tem depois que tem filho. Fica muito mais difícil arrumar emprego [...]. As pessoas não pensam que se tu não trabalhar, tu não vai ter o que dar para a criança, né... Porque com o emprego, aí a criança vai ser bem cuidada, vai ter com quem ficar, vai ter essa responsabilidade, ia ser mais fácil, mas não, eles não me empregaram por causa disso. Já perdi vaga de emprego por ter ela.

Para Andresa, mulher de 40 anos, com filhas de 5 e 8 anos, solteira, cursando mestrado e engenheira:

Eu vejo uns colegas que eram uma merda na faculdade e os caras estão super bem, em empresa internacional, andando de *Jet Ski* no feriado, umas coisas assim. E as minhas notas sempre foram melhores que as deles, eu era melhor que eles, e por que eu não consigo essas oportunidades? Por que elas nem se abrem pra mim?

Para Marta, mulher de 30 anos, solteira, cursando o ensino superior e estagiária em uma escola:

No mercado de trabalho tu pode ser uma exímia trabalhadora, pode ser ótima em qualquer coisa que tu te proponha a fazer, mas em algum momento alguém vai te julgar ou achar que tu vai ter menos capacidade de te empenhar no teu serviço porque tu tem o teu filho para cuidar. Parece que quanto mais tu quer ter uma ascensão social, tu tem que não falar, tem que omitir que tu tem um filho [...]. No momento que eu falo que sou mãe, as perguntas mudam e aquilo que era para ser mais direcionado à vaga do emprego, passa a ser 'como é ser mãe?', 'que tempo tu tem? E 'o quanto tu vai se dedicar à empresa?'

A partir do exposto, conseguimos visualizar como a posição ocupada no mercado de trabalho pela mulher não está atrelada apenas à qualificação profissional ou aos atributos necessários para a vaga em questão. Segundo Daniel (2011), ingressar no mercado de trabalho não significou a transformação automática dos papéis e atributos tradicionalmente relacionados ao feminino e ao masculino, mas, por ser parte da sociedade, no mundo do trabalho ocorre também uma reprodução de categorias e classificações que se estruturam em torno da divisão sexual do trabalho. Logo, a posição ocupada pela mulher no conjunto da vida social também influencia sua posição no mercado de trabalho e, sem dúvida, ser mãe é visto de forma negativa no mundo do trabalho remunerado. Assim, levando em conta que a inserção no

mercado de trabalho está intrinsecamente relacionada à participação na vida familiar, o que exige das mulheres estratégias para conciliar família e trabalho (DANIEL, 2011), as mulheres que se encontram na posição de chefes de famílias monoparentais precisam lidar com todas as responsabilidades que envolvem a maternidade sem um cônjuge e mais as dificuldades e discriminações sofridas no mercado de trabalho.

3.2.3 Monoparentalidade

Por fim, o terceiro e último eixo temático sobre o qual nos debruçaremos diz respeito à *monoparentalidade*. De maneira unânime, estar na posição de chefe de uma família monoparental foi significado como uma tarefa difícil, que exige muito planejamento e possui prazos de tempo muito apertados. Assim, apesar dos diferentes graus, ter que lidar com o trabalho remunerado e a maternidade na condição de monoparentalidade se mostrou fonte de muito cansaço, falta de tempo e culpabilização. De forma contraditória, também se mostrou em alguns casos como uma fonte de orgulho, pela capacidade de criar o(s) filho(s) sem a necessidade de um parceiro, ainda mais levando em conta algumas dinâmicas abusivas de relacionamentos aos quais algumas destas mulheres estiveram submetidas. Além disso, dois fatores se mostraram cruciais para determinar o grau de dificuldade experienciado pelas mulheres: 1) a presença ou não de uma rede de apoio; e 2) a idade dos filhos.

Dessa forma, aquelas mulheres que puderam contar com a ajuda de membros da família no cuidado da criança, enfatizaram a importância desse suporte, enquanto aquelas que tiveram de lidar com a monoparentalidade sem o apoio de familiares, relataram uma intensificação na dificuldade enfrentada. Ainda, algumas contaram com escolas públicas ou privadas na criação do(s) filho(s), o que facilitou a tarefa e, em alguns casos, junto com a rede de apoio familiar, foi o que possibilitou a inserção e manutenção no mercado de trabalho. Portanto, para Tamires, mulher de 26 anos, com filha de 6 anos, solteira, ensino médio completo, garçonete e maquiadora:

Eu moro no fundo da casa da minha mãe, então minhas irmãs ficam em casa, né. E ela tem os primos dela também, que ela fica junto e a minha irmã fica para mim... ou mesmo o meu pai, sempre tem alguém em casa. Com essa pandemia a escolinha dela só tá de manhã, não tá todo dia mais, então sempre preciso de alguém para ficar com ela, mas ainda bem que sempre tem alguém em casa que possa ficar com ela, né [...]. Tipo, eu chego e às

vezes ela tá muito estressada... eu sei que ela sente falta, ela não gosta de ficar com as pessoas, sabe? Mas é que é essencial, para poder dar as coisas para ela. Às vezes ela não entende e é bem difícil. Mas a gente vai jogando assim, relação do trabalho e ela.

Para Eduarda, mulher de 34 anos, com uma filha de 10 anos, divorciada, ensino médio completo e manicure:

Eu saí da minha casa, fui para casa da minha mãe porque eu achava mais tranquilo deixar ela lá do que deixar na escolinha. E aí lá eu me acomodei, aí fiquei morando com a minha mãe [...]. E aí eu saía para trabalhar e a minha mãe cuidava dela todo dia, né.

Para Elena, mulher de 53 anos, com filhos de 18 e 29 anos, solteira, ensino superior completo e servidora municipal:

Não, não tive muito apoio não. Inclusive a minha mãe... eu morava com a mãe, eu morava do lado, eu e meu marido, e depois o bebê, né. Só que aí, a mãe já é uma idosa, né, de noventa e poucos anos. Na época, sei lá, ela tinha uns 60/70 anos já, então ela é daquele tipo de mulher que aguenta tudo, então a mãe foi contra essa separação. Então eu não sei, mas ela não me deu apoio, não me deu apoio. Tipo, eu fui obrigada a realmente tirar ele para a rua, né. Deixar em um ambiente que não era familiar, que não era de casa.

No que se refere à idade dos filhos, ficou evidente a maior dificuldade enfrentada pelas mulheres com filhos ainda pequenos, fase que exige mais cuidados e atenção. Logo, ao longo do tempo, conforme os filhos cresceram, a conciliação entre o trabalho remunerado e a maternidade se tornou mais fácil, visto a maior independência dos filhos. Assim, principalmente as mulheres com filhos maiores, a partir da fase da pré-adolescência, puderam relatar experiências para além da esfera da maternidade e do trabalho, justamente por não precisarem dedicar a mesma quantidade de tempo e esforço na maternidade como antes. Portanto, esferas da vida que antes haviam sido abdicadas voltaram a fazer parte do universo destas mulheres, como a dedicação a relacionamentos amorosos, à vida social e aos estudos. Em mais de um caso o ingresso no ensino superior e a conclusão da graduação se mostrou como fonte de realização pessoal que só pôde acontecer após certa idade dos filhos. Logo, para Elena, mulher de 53 anos, com filhos de 18 e 29 anos, solteira, ensino superior completo e servidora municipal:

A faculdade era uma coisa que faltava na minha vida. Eu digo assim, eu acabei fazendo tudo que eu queria, mas eu sempre tive aquele 'pô, não consegui fazer minha faculdade', era um sonho, né, era um sonho. E eu

consegui realizar depois de separação, de Maria da Penha, de criar os filhos sozinha, depois de tudo isso eu consegui, consegui me virar nos 30. Agora tô feliz, realizei tudo que eu queria.

E para Fabiana, mulher de 40 anos, com filhos de 15 e 21 anos, divorciada, cursando o ensino superior e vendedora de loja:

Eu não tive mais condições de estudar, por causa das crianças e também porque tava cansada, né, tinha que trabalhar. Agora que eu tô conseguindo, porque agora eles estão grandes. Eu tenho que fazer as coisas para eles, mas não preciso ficar cuidando pra ver se eles comeram e tal. É mais tranquilo agora, eu posso fazer tudo e ir para o meu quarto estudar.

A seguir, podemos verificar como a conciliação entre o trabalho remunerado e a monoparentalidade foi significada a partir dos discursos das entrevistadas. Para Tamires, mulher de 26 anos, com filha de 6 anos, solteira, ensino médio completo, garçone e maquiadora:

É bem puxado assim, porque a Helena ela é uma criança bem agitada, né. E aí a gente fica com essa dúvida de trabalhar fora e depois chegar em casa... vou ter que ter um tempo, uma atenção para ela [...]. Então é bem puxado esse negócio de ter que sair para trabalhar e ainda ter que contar com alguém para ficar com ela, né.

Para Eduarda, mulher de 34 anos, com uma filha de 10 anos, divorciada, ensino médio completo e manicure:

No início, quando eu me separei do pai dela, foi mais complicado, né, quando ela era menorzinha... a função toda de ter que deixar ela com alguém para ir trabalhar e tal [...] Porque, na verdade, o que mais me incomodava, quando ela era pequena, de ser sozinha, era essa função de ter que deixar, de ter que depender de alguém ou de ter que deixar na escolinha e tal [...]. Mas é bem sacrificante tu criar um filho sozinha e tu manter, porque é complicada a questão financeira também, né. Tu manter o teu filho sozinha, tu querer pagar um colégio particular e não ter, tu querer dar uma coisa que o filho queira e não ter ninguém para dividir esse fardo. É bem complicado, bem difícil mesmo. E foi sempre tudo eu, ajuda financeira eu nunca tive de lado nenhum, nem de vó, nem de vô, nem nada. A questão emocional também, sabe? A criança tá ruim, às vezes ela tava tristonha, e é tudo contigo, sabe? Não tem pai, não tem vô, não tem vó, é tudo contigo.

Para Fabiana, mulher de 40 anos, com filhos de 15 e 21 anos, divorciada, cursando o ensino superior e vendedora de loja:

Agora é mais tranquilo, mas mesmo assim, eu tenho que chegar em casa, arrumar a casa, cuidar da alimentação deles, principalmente do pequeno, né, de 15 anos. O mais velho é tranquilo agora. Mas não é fácil, né.

E para Elena, mulher de 53 anos, com filhos de 18 e 29 anos, solteira, ensino superior completo e servidora municipal:

Então foi bem complicadinho, foi complicado porque tu acaba não acompanhando tanto a criança, né, porque tu passa o dia inteiro longe. Na época esse aí era um bebê, né, porque ele tinha um ano e meio, um ano e dois meses. Então, na verdade, quem passou mais tempo com ele, foram as tias da escolinha, né.

A partir destas falas podemos observar o acúmulo de funções enfrentado por estas mulheres, que precisam se desdobrar para exercer uma atividade remunerada, e com isso garantir o sustento material próprio e do(s) filho(s), exercer as tarefas relativas ao trabalho doméstico e mais as atividades de cuidado e educação do(s) filho(s). Nesse sentido, optar por adiar vontades e desejos pessoais acaba se tornando um imperativo para que a criação do(s) filho(s) se torne possível. Como coloca Carloto (2005), citando Barroso e Bruschini, a dupla jornada de trabalho costuma vir acompanhada de uma dupla carga de culpa pelas insuficiências nas tarefas, tanto no cuidar das crianças quanto na manutenção econômica, assim, mesmo que estas insuficiências estejam atreladas às condições geradas pela sociedade, os fatores sociais são ocultados por uma ideologia que culpabiliza a vítima (CARLOTO, 2005). Por outro lado, podemos ver trechos que destacam lados considerados positivos e de orgulho atrelados a esta situação. Portanto, para Márcia, mulher de 25 anos, com uma filha de 3 anos, solteira, ensino médio e técnico completo e tatuadora:

Eu como pessoa, me considero uma pessoa mais desapegada, mais deixa para ver o que acontece no futuro, só que aí quando eu descobri que tava grávida, acabou tudo isso de repente. Cortou essa minha fase, nasceu uma fase nova, que é da pessoa que precisa se programar, que precisa ter horário, que precisa juntar dinheiro, que tem que pensar no futuro, tem que saber o que pode gastar e o que não pode gastar. Então tudo isso meio que andou junto e construiu a mulher que eu sou hoje, eu acredito assim [...]. Aí eu me boto na linha, né, porque como uma mãe solo, eu que lido com as contas, eu que pago escola, eu que pago alimentação.

Para Eduarda, mulher de 34 anos, com uma filha de 10 anos, divorciada, ensino médio completo e manicure:

E aí a gente se obriga a ser muito forte, muito forte. A gente vira uma fortaleza. Hoje eu vejo como uma coisa boa. Na hora que tu tá passando, tu não sabe por que que tá passando aquilo ali. E aí depois tu vê. Hoje eu me acho uma pessoa muito forte, acho que eu aguento qualquer pancada, sabe?

Para Elena, mulher de 53 anos, com filhos de 18 e 29 anos, solteira, ensino superior completo e servidora municipal:

Então foi bem complicadinho assim, mas eu segurei tudo sozinha assim. Eu não faltava o serviço e nem esse mutirão que durou dois anos, né.

Em consonância com o que Carloto (2005) traz, conseguimos notar como o acúmulo de responsabilidades acaba gerando a ausência das mães no processo de desenvolvimento da criança, o que é visto com tristeza e culpa. Com isso, de maneira geral, questões que estão fora do alcance destas mulheres, ligadas a conjunturas sociais, culturais e históricas, acabam se individualizando, fazendo com que exista a culpabilização pessoal pelo não cumprimento “adequado” de todas as atividades requeridas. Conseguimos ver isso na fala de Fabiana, mulher de 40 anos, com filhos de 15 e 21 anos, divorciada, cursando o ensino superior e vendedora de loja:

Acho que hoje em dia seria bem diferente. Mas eles nunca reclamaram e são ótimas pessoas, eu dei todo o amor, todo o carinho. Mas, de repente, eu me cobro um pouco, sabia? Porque eu poderia ter sido melhor um pouco, não sei...

Na fala de Marta, mulher de 30 anos, solteira, cursando o ensino superior e estagiária em uma escola:

Agora com o serviço, e acho que também com uma tomada a mais de amadurecimento, quando eu chego em casa, eu chego cansada, muitas vezes eu não consigo brincar ou ter a paciência para dialogar e aí eu acho que é uma coisa que eu tenho que começar a repensar: se o trabalho, ao mesmo tempo que tá me fortalecendo para eu poder buscar as coisas para mim e para ele a partir da independência financeira, pode estar me distanciando um pouco na parte de... quando eu chego, eu to tão exausta, que eu não consigo dar essa atenção que eu queria dar.

E também na fala de Tamires, mulher de 26 anos, com uma filha de 6 anos, solteira, ensino médio completo, garçonete e maquiadora:

E pra dar atenção pra criança acho que fica muito, muito difícil, né. Tu perde totalmente o crescimento e o desenvolvimento deles, né. A primeira palavra dela, por exemplo, eu não tava presente, eu tava trabalhando, aí as primeiras palavras eu perdi.

Apesar disso, ao mesmo tempo, também encontramos discursos que trazem uma reflexão acerca das condições postas pela sociedade às mulheres que precisam conciliar trabalho e monoparentalidade. O trecho do discurso de Andresa, mulher de 40 anos, com filhas de 5 e 8 anos, solteira, cursando mestrado e engenheira, é um exemplo:

Mas a gente demora muito a entender, a gente é criada achando que a gente é aquela mulher-maravilha, que dá conta da casa, dos filhos, casa arrumada, cheirosa, as crianças alimentadas e saudáveis, e a gente começa a surtar, né. E aí muitas vezes a gente nem se dá conta que não adianta a gente só correr atrás, que tem toda uma estrutura que nos limita, estrutura física, da sociedade, do preconceito, tem muita coisa. E essa culpa é resquício daqueles momentos que a gente achava que deveria dar conta de tudo, né, porque a gente foi criada pra ser assim, a gente foi educada pra dar conta e achar que é só ser boa que tu vai resolver todos os teus problemas.

Caixeta e Barbato (2004) verificam, no estudo sobre a identidade feminina e a sua complexidade, como ser mulher significa ser múltipla. Para conseguir conciliar todas as atividades esperadas, elas precisam ser “supermulheres”, assim como colocado pela entrevistada ao mencionar a expressão “mulher-maravilha”. Ao mesmo tempo em que a conquista de novos espaços sociais trouxe mais liberdade e independência às mulheres, a permanência de antigas expectativas e cobranças acrescidas às conquistas geram uma sobrecarga e incapacidade de corresponder completamente ao que é esperado, isto sendo percebido como falha pessoal. Portanto, de modo geral, o que podemos perceber no caso das mulheres entrevistadas, é a necessidade de conciliação entre o trabalho remunerado, o trabalho doméstico e os cuidados com o(s) filho(s) e um conflito entre estas esferas, que se agrava a depender da rede de apoio que cada uma tem à disposição. O apoio familiar, de mães, avós e irmãs, se mostrou crucial para que as mulheres pudessem exercer o trabalho remunerado. Quando ausente a rede de apoio familiar, os serviços públicos de educação foram de grande auxílio para aquelas que não possuíam recursos financeiros para o uso de serviços privados.

Sendo assim, a monoparentalidade feminina e o exercício de uma atividade remunerada, apesar de ter significado para algumas mulheres a saída de relacionamentos abusivos e a afirmação de que elas poderiam garantir a manutenção material própria e do(s) filho(s), parecem carregar uma série de responsabilidades que acabam gerando uma sobrecarga para estas mulheres, que ainda precisam lidar com

as implicações de gênero que perpassam o mercado de trabalho. Dessa forma, relembramos a importância do que foi apontado por Lavinhas e Nicoll (2006) quanto à indispensabilidade do investimento público na escola de tempo integral e na oferta de creches para crianças na faixa pré-escolar, a fim de possibilitar de fato a autonomia das mulheres.

Com uma rede de apoio forte, para além da rede familiar que possui suas limitações e não está disponível para todas, e uma maior socialização das crianças, as mulheres em condição de monoparentalidade, mas não só, poderão distribuir as pesadas responsabilidades que carregam e, assim, conseguirão ter uma existência para além do mundo da maternidade e do trabalho, sem a necessidade de uma anulação total das próprias vontades em favor da manutenção e educação dos filhos.

Considerações finais

O desenvolvimento deste trabalho partiu de uma breve revisão acerca das mudanças que ocorreram, nas últimas décadas, em torno das identidades e dos papéis sociais, bem como dos arranjos familiares e das configurações do trabalho remunerado. Destarte, a partir da literatura revisada, encontramos a noção de que a identidade feminina passou por uma ampliação, deixando de estar restrita ao papel de esposa e mãe, passando a abarcar também o papel de trabalhadora e profissional (ALBERTUNI e STENGEL, 2016; CAIXETA e BARBATO, 2004; ROCHA-COUTINHO, 2004). Nesse sentido, esta ampliação resultou na coexistência de papéis tradicionais e de novas exigências, gerando um acúmulo de tarefas e conflitos para as mulheres na conciliação entre as diversas obrigações delegadas a elas. Ademais, a configuração da família também passou por transformações, ocasionando numa elevação dos arranjos monoparentais, principalmente dos femininos (BHERING; FONTES, 2017).

Além disso, junto a estas importantes mudanças, a literatura relativa ao trabalho, nos mostrou como a divisão sexual permanece e se reproduz no âmbito do trabalho remunerado, visto a interpenetração entre as esferas pública e privada (DANIEL, 2011; GUEDES e ARAÚJO, 2011; HIRATA e KERGOAT, 2008; BRUSCHINI, 2007). Consequentemente, como pontua Araújo (2007), o processo de flexibilização do trabalho e as novas formas de gestão da produção, ampliaram as desigualdades sociais já presentes, atingindo as mulheres e intensificando a vulnerabilidade desse grupo no mercado de trabalho formal e informal.

Com isso, este trabalho buscou identificar a articulação entre a esfera do trabalho remunerado e a esfera da maternidade para as mulheres chefes de famílias monoparentais do município de Pelotas. Lembramos, de forma sucinta, os objetivos do trabalho: identificar o significado dado à maternidade, identificar o significado dado ao trabalho remunerado, apreender como ocorre a articulação entre essas duas esferas e compreender as condições de trabalho e de inserção no mundo profissional destas mulheres e como elas se relacionam à maternidade.

Dessa forma, a partir da análise estabelecida, conseguimos verificar, quanto à maternidade, duas posições opostas: de um lado, a maternidade e o ser mãe como inatos à mulher; de outro, a maternidade como uma escolha e como um processo de construção. Entretanto, o primeiro sentido, que atribui à natureza feminina a

maternidade, foi o que mais se sobressaiu. Com isso, somos levados a concluir que antigas expectativas ligadas ao feminino continuam atuando sobre as mulheres e o descolamento do ser mulher e do ser mãe ainda não é a regra. Além disso, ser mãe foi ligado a sentimentos como amor, zelo e cuidado e à anulação diante dos filhos. Isto é, para a maioria das mulheres, ser mãe significa abrir mão das próprias vontades e desejos para priorizar os filhos. Junto a isso, a ausência da participação paterna na vida dos filhos, tanto financeira quanto emocionalmente, foi marcante na maioria dos casos, fazendo com que as responsabilidades para com os filhos recaíssem quase que inteiramente sobre as mulheres.

No aspecto trabalho remunerado, conseguimos apreender três principais sentidos. Assim, o trabalho remunerado foi visto como uma necessidade para manter o sustento material; como uma fonte de satisfação e de realização pessoal; e como uma forma de adquirir independência. No entanto, de forma majoritária, o primeiro sentido foi o mais mobilizado. Logo, o trabalho remunerado, para as mulheres entrevistadas, parece estar muito mais vinculado a uma forma de sobrevivência material, do que à fonte de prazer e satisfação. Ainda assim, esses significados podem se articular e serem experimentados simultaneamente.

Ainda no mundo do trabalho remunerado, outro aspecto que podemos visualizar diz respeito à inserção das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres relataram a discriminação sofrida por serem mães e as oportunidades perdidas a partir disto, o que nos leva a pensar na reprodução de desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Portanto, longe de ser uma esfera neutra e separada do restante do meio social, a esfera do trabalho remunerado é perpassada e engendra novas formas de desigualdades entre homens e mulheres, pela constituição dos papéis sociais mais amplos, sobretudo no âmbito doméstico e privado.

Por fim, em relação à monoparentalidade, a partir da análise feita, é possível chegar à conclusão de que, para as entrevistadas, estar na posição de chefe de uma família monoparental é fonte de muito cansaço e culpabilização. Ter que lidar com o trabalho remunerado, com o trabalho doméstico e ser a principal adulta responsável pela criação e educação dos filhos, exige muito planejamento e, novamente, uma anulação das próprias vontades, além da sensação de insuficiência. Ainda assim, simultaneamente, a experiência da monoparentalidade também foi significada como fonte de sentimento de orgulho pela capacidade de enfrentar essas responsabilidades, apesar dos custos emocionais e o estresse. Assim, notamos a

complexidade que envolve este fenômeno, composto por significados contrastantes, mas que se misturam e andam juntos em alguns momentos. Ademais, duas variáveis influenciam sobre a experiência de monoparentalidade: a presença de uma rede de apoio e a idade dos filhos.

Logo, aquelas mulheres que podiam contar com o auxílio de familiares para o cuidado dos filhos relataram uma menor dificuldade na conciliação entre trabalho remunerado e a maternidade, uma vez que se sentiam tranquilas em relação à segurança e cuidados dos filhos. Já aquelas mulheres que não podiam contar com o auxílio dos familiares, faziam o uso de escolas públicas ou particulares, que também foram essenciais para que pudesse haver a conciliação entre o trabalho e a maternidade. Por fim, as experiências relatadas e analisadas, nos mostram como as principais dificuldades são enfrentadas nos primeiros anos dos filhos, justamente por estes precisarem de mais cuidados e atenção. Conforme o crescimento dos filhos, a maternidade pôde ocupar um espaço menor na vida das mulheres, possibilitando o reaparecimento de antigos sonhos e vontades, como a conclusão do ensino superior e o início de novos relacionamentos amorosos, por exemplo.

À vista do exposto, podemos confirmar parte da nossa hipótese inicial. Isto é, a partir da pesquisa realizada, é possível afirmar que as mulheres na chefia de famílias monoparentais estabelecem uma relação conflitiva entre a maternidade e o trabalho, visto a ampliação da identidade feminina junto à permanência das antigas demandas. Logo, além de ter de exercer o papel de mães, as mulheres precisam exercer o papel de trabalhadoras, arcando com todas as responsabilidades financeiras e àquelas relacionadas aos cuidados da casa e dos filhos, o que gera muito cansaço às mulheres e o sentimento de insuficiência e de culpa.

Entretanto, apontamos a necessidade de um maior aprofundamento quanto à posição ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho, aos impactos da reestruturação produtiva nas desigualdades de gênero e à influência desses fatores na percepção do trabalho, da maternidade e da monoparentalidade. Por fim, a despeito dos resultados coerentes, também apontamos para a importância de um recorte étnico em futuras pesquisas, uma vez que não só questões de gênero perpassam as desigualdades sociais, mas também raciais e de classe.

Enfim, com o intuito de diminuir a sobrecarga feminina, enfatizamos a importância de redes públicas e privadas de apoio capazes de absorver as demandas de cuidados que recorrentemente recaem sobre as mulheres. Políticas públicas e o

forte investimento público em serviços de cuidados, creches e escolas de tempo integral são prementes para que a monoparentalidade feminina possa significar, no lugar de uma experiência causada pelo abandono paterno, fonte de cansaço e culpa, uma experiência possível, fruto da independência feminina e fonte de realização.

Referências

- ALBERTUNI, Patrícia Shalana; STENGEL, Márcia. Maternidade e novos modos de vida para a mulher contemporânea. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 709-728, 2016. *Online*. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jul. 2021.
- ALMEIDA, Leila Sanches de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia UFF**, [Niterói], v. 19, n. 2, p. 411-422, 2007. *Online*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104_80232007000200011&script=sci_arttext. Acesso em: 23 jul. 2021.
- ÁLVARES, Luciana de Castro. **Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba-MG**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca., 2003. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98552>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- ARAÚJO, Angela. Trabalho, precarização e relações de gênero em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife: Sociedade Brasileira de Sociologia. 2007. p. 1-15.
- BABIUK, Graciele Alves. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social. In: I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2015, Florianópolis. **Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, 2017, p. 1-8. *Online*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180860>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BABIUK, Graciele Alves. MONOPARENTALIDADE FEMININA NECESSIDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Sociologias Plurais**, v. 2, n. 1, p. 173-183, 2014. *Online*. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/view/64774>. Acesso em: 08 fev. 2021.
- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007. *Online*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/X3dyWtRFFFfy8wnyZMgzgYd/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 14 de jun. 2021.
- BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, Canoas, n. 38-39, p. 206-217, 2012. *Online*. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115028213017>. Acesso em: 19 set. 2020.
- BENDASSOLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

BHERING, Leiliane Souza; FONTES, Márcia Barroso. Famílias monoparentais: um enfoque demográfico a partir dos dados da PNAD 2015. In: **I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil**, Viçosa, v. 1, p. 1-12, 2017. *Online*. Disponível em: <http://www.ppged.ufv.br/seminariofamiliapoliticassociais/wp-content/uploads/Fam%C3%ADlias-monoparentais-um-enfoque-demogr%C3%A1fico-a-partir-dos-dados-da-PNAD-2015.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **O portal dos Psicólogos**, [S.l.], v. 185, p. 1-12, 2008. *Online*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303208368_O_PAPEL_DA_MULHER_NO_CONTEXTO_FAMILIAR_UMA_BREVE_REFLEXAO. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 498 p.

BRITO, Flávio dos Santos. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. **Revista Urutágua**, Maringá, v. 15, p. 42-52, 2008. *Online*. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/015/15brito.pdf>. Acesso em: 19 ju. 2021.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, [S.l.], v. 37, p. 537-572, 2007. *Online*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRUSCHINI, Cristina. TRABALHO FEMININO: Trajetória de um Terna, Perspectivas para o Futuro. **Estudos feministas**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 17-32, 1994. *Online*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43904483>. Acesso em: 26 ago. 2021.

CAIXETA, Juliana Eugênia; BARBATO, Silvine. Identidade feminina: um conceito complexo. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, p. 211-220, 2004. *Online*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/k7N97NMTq5LRFRNd6hxZxq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, p. 679-684, 2006. *Online*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>. Acesso em: 15 out. 2021.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2005. *Online*. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527157004.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. et al. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O social em questão**, Rio de Janeiro, n. 25/26, p. 323-344, 2011. *Online*. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256749016>. Acesso em: 31 ago. 2021.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. 725 p.

GOBBI, Márcia Aparecida. Tecendo por trás dos panos. **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 87-88, 1995. *Online*. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644272>. Acesso em: 6 jul. 2021.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 7-22, 1994. *Online*. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/872>. Acesso em: 18 jul. 2021.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho. Crítica à razão econômica**. São Paulo: Anna Blume, 2005.

GUEDES, Moema de Castro; ARAÚJO, Clara. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. **Gênero**, Niterói, v. 12, n. 1, 2011. *Online*. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31130>. Acesso em: 19 jul. 2021.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Sociedade e Estado**, [S.l.], v. 27, p. 709-732, 2012. *Online*, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/93kRWJRdWyT85LKRxtLZj3n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, vol. 2, n.º 3, p. 93-100, 1994.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos e categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho?. **Novos cadernos NAEA**, v. 11, n. 1, p. 39-50, 2008. *Online*. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/262>. Acesso em: 30 ago. 2021.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006. *Online*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582006000100004&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 15 jul. 2021.

LEITE, Marcia de Paula. A sociologia do trabalho na América Latina: seus temas e problemas (re) visitados. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, ed. 4, p. 103-127, 2012. *Online*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v246>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MELUCCI, Alberto. A experiência individual na sociedade planetária. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, [S.l.], n. 38, p. 199-221, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social (Cap. I). In: MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Érika de. Ser mulher na atualidade: a representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de maitena. In: TASSO, Ismara; NAVARRO, Pedro (orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**, Maringá: Eduem, 2012. p. 259-285.

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], v. 43, p. 404-421, 2013. *Online*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/5c6jtJQ7sLPTwQzHcBGc7pL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2021.

OLIVEIRA, Nayrana Guasque. FAMÍLIA MONOPARENTAL. In: **ETIC-Encontro de iniciação científica**, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 1-6, 2008. *Online*. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/download/1848/1754>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PUELO, Alicia. Lo personal es político: el surgimento del feminismo radical. In: AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de (eds.). **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización. Del feminismo liberal a la posmodernidad**, Madrid: Minerva Ediciones, 2005, 2010. p. 35-67. ISBN: 84-88123-54-X.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 02-17, 2004. *Online*. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jul. 2021.

SANTANA, Edith Licia Ferreira Felisberto. Família monoparental feminina: fenômeno da contemporaneidade?. **POLÊMICA**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 1225-1236, 2014. *Online*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface: comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 5, p. 47-59, 2001. *Online*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832001000100004>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Online. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SILVA, Josué P. **Trabalho, Cidadania e Reconhecimento**. São Paulo: Annablume, 2008.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000. *Online*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/944Cbkn3bTQ3v3tkvfVQ5h/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2021.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 21, p. 207-238, 2005. *Online*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/9zX7SwFpWpng6tcncZnsrdj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Apêndices

Apêndice A – Roteiro das entrevistas semiestruturadas

Monoparentalidade Feminina: entre a maternidade e o trabalho remunerado

Questão inicial: Você pode falar um pouco sobre a experiência de ter um trabalho remunerado e, ao mesmo tempo, ser a principal responsável pela criação e educação do/a(s) filho/a(s)?

Tópicos:

- Significado dado à maternidade;
- Como aconteceu o processo de gravidez e entrada no mundo da maternidade;
- Dinâmica da relação com o pai;
- Dinâmica da relação com o/a(s) filho/a(s);
- Participação de rede de apoio na criação e educação dos filhos;
- Significado dado ao trabalho e o espaço ocupado por este;
- Inserção no mundo do trabalho remunerado;
- Trabalho doméstico.